

MDS Corretora e Administradora de Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 48.114.367/0001-62 - NIRE 35.300.335.228

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de setembro de 2024
Data, Hora e Local: Aos 20 de setembro de 2024, às 10 horas, na sede social da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutor Ruth Cardoso, nº 8501, 29º andar, escritório nº 291, Edifício Eldorado Business Tower, Pinheiros, CEP 05425-070. **Quorum:** Acionistas presentes representando a totalidade do Capital Social da Companhia, conforme Livro de Registro de Presença de Acionistas. **Convocação:** Verificou-se, em 1ª convocação, a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social, o que foi constatado pelas assinaturas no livro de “Presença de Acionistas”, tomando-se dispensável a convocação de editais, conforme autoriza o §4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76. **Mesa:** Presidente: José Manuel Queiroz Dias da Fonseca; e Secretário: José Diogo Carneiros de Araújo e Silva. **Ordem do Dia:** (I) Destituição do diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613/98; (II) Eleição de diretor sem designação específica; (III) Reforma estatutária para alteração das denominações dos cargos da diretoria; (IV) Reforma estatutária para alterar a representação da Cia. (V) Redesignação de funções perante a SUSEP e ratificação do quadro de administradores; (VI) Alteração de endereço de Filial Porto Alegre; (VII) Transferência das atividades da Filial Jaraguá do Sul para a Filial Blumenau e Encerramento da Filial Jaraguá do Sul e (VIII) Encerramento da Filial Campinas e (IX) Consolidação do Estatuto Social. **Deliberações:** Por unanimidade dos Acionistas presentes e com a abstenção dos impedidos legalmente, sem dissidências, protestos e declarações de votos vencidos, deliberaram: (I) Ratificar a renúncia do Sr. **Thiago Teixeira Tristão**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 117.546.010, expedido pelo DICRJ, inscrito no CPF/MF nº 080.317.167-65, com endereço comercial na Avenida Doutora Ruth Cardoso nº 8.501, 29º andar, escritório nº 291, Edifício Eldorado Business Tower, Pinheiros, São Paulo (SP), CEP 05425-070, datada de 06.09.024, do cargo de administrador diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613/98. (II) Eleger como novo administrador diretor, o Sr. **Caio Eduardo Domingues dos Santos Carvalho**, brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no CPF/MF sob o nº 297.328.788-00, RG nº 34.349.022-5, com endereço comercial localizado na Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 8501, 29º andar, escritório nº 291, Edifício Eldorado Business Tower, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425-070, com mandato que estender-se-á até 31.01.2026 mantida a remuneração deliberada na AGO de 2024 da Companhia. O novo diretor assina o termo de posse (anexo II) na presente data. (III) Alterar a redação dos artigos, 18, 19, 20 e 21 para adequação do nome do cargo de Diretor Superintendente/Administrador e demais Diretores, passando os mesmos as seguintes redações: **“Artigo 18 -** A Diretoria Executiva será composta por, no mínimo 2 (dois) e, no máximo, 10 (dez) membros, residentes no País, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo, ao menos, um Diretor Superintendente/Administrador e os demais Diretores com as respectivas atribuições a serem definidas pelo Conselho de Administração. **Parágrafo Primeiro -** O prazo de mandato dos Diretores, será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição por períodos sucessivos, de acordo com as disposições previstas neste Estatuto Social e na lei aplicável. **Parágrafo Segundo -** Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância permanente de cargo de Diretor, o Conselho de Administração deverá ser convocado para discussão sobre a eleição de diretor substituto. **Artigo 19 -** Competirá à Diretoria Executiva a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à gestão dos negócios sociais, bem como decidir sobre matérias que não sejam, por lei ou por disposição deste Estatuto Social, de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, devendo os Diretores atuar de acordo com as suas atribuições estabelecidas em lei, neste Estatuto Social, pelo Conselho de Administração, outorgados por procuração e nas políticas corporativas da Companhia, quando aprovadas pelo Conselho de Administração. **Parágrafo Primeiro -** Sem prejuízo de funções, competências e poderes adicionais a serem atribuídos para cada um dos Diretores pelo Conselho de Administração, compete, especificamente ao Diretor Superintendente/Administrador: (a) administrar e gerir os negócios da Companhia; (b) fazer com que sejam observadas as deliberações do conselho de Administração e da Assembleia Geral; e (e) conduzir e coordenar as atividades dos demais Diretores no âmbito dos deveres e atribuições estabelecidos para os respectivos Diretores em lei, pelo Conselho de Administração, pelo presente Estatuto Social e nas políticas corporativas da Companhia, convocando e presidindo as reuniões da Diretoria Executiva. **Parágrafo Segundo -** Na ausência ou impedimento temporário do Diretor Superintendente/Administrador, suas funções serão exercidas temporária e cumulativamente por Diretor a ser designado pelo próprio Diretor Superintendente/Administrador ou, na ausência de tal indicação, por Diretor a ser designado pelo Conselho de Administração. Na ausência ou impedimento temporário de qualquer outro Diretor, suas funções serão exercidas temporária e cumulativamente pelo Diretor Superintendente/Administrador ou por outro Diretor indicado pelo Diretor Superintendente/Administrador. **Parágrafo Terceiro -** Sem prejuízo das demais competências e atribuições previstas em lei, na regulamentação e neste Estatuto, é responsabilidade de todos os Diretores orientar, supervisionar e garantir a elaboração, implementação e operacionalização dos processos e procedimentos relativos aos controles internos associados às atividades sob sua responsabilidade, bem como verificar sistematicamente a adoção e o cumprimento dos processos e procedimentos acima, como também a manutenção de sua adequação, definindo e implementando planos de ação destinados ao saneamento de deficiências do sistema de controles internos da Companhia. **Artigo 20 -** Será designado, pelo Conselho de Administração, um dos Diretores como responsável pelos Controles Internos da Companhia, nos termos da Resolução CNSP nº 416, de 20 de julho de 2021, em cumprimento das disposições da Circular Susep nº 612 de 18 de agosto de 2022, e à prevenção e combate aos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, ou aos crimes que com eles possam se relacionar, bem como à prevenção e coibição do financiamento do terrorismo, em cumprimento das disposições da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, ou a que venha a substituí-la, e respectiva regulamentação setorial. **Parágrafo Primeiro -** O diretor responsável pelos controles internos poderá desempenhar outras atribuições relativas à governança, de caráter de fiscalização ou controle, sendo lhe vedado, direto ou indiretamente, o acúmulo de funções relativas à gestão, de caráter executivo ou operacional, ou que impliquem em assunção de riscos relevantes relativos ao negócio. **Parágrafo Segundo -** O Diretor responsável pelos controles internos possui a prerrogativa de se reunir, sempre que considerar necessário com o Conselho de Administração ou com o Diretor Superintendente/Administrador ou executivo principal da Companhia, sem a presença dos demais Diretores. **Parágrafo Terceiro -** O diretor de controles internos será responsável, direta ou indiretamente, pela Unidade de Conformidade, que deverá ser segregada das demais unidades organizacionais e subordinada. **Parágrafo Quarto -** É vedado ao Diretor responsável pelos controles internos receber bônus ou incentivos remuneratórios atrelados ao desempenho das unidades de negócio, ressalvadas, quando aplicáveis, as disposições da legislação trabalhista. **Artigo 21 -** A Diretoria Executiva se reunirá sempre que os interesses da Companhia o exigirem e suas decisões, quando colegiadas, serão tomadas por maioria simples de votos, observado o quórum de instalação equivalente à maioria de seus membros eleitos, cabendo ao Diretor Superintendente/Administrador, além de seu voto, o de desempate.” (IV) Alterar a redação do artigo 22 que trata da representação da Sociedade, passando a vigorar com a seguinte redação: **Artigo 22 -** A Sociedade poderá ser representada por (i) Diretor Superintendente/Administrador em conjunto com outro Diretor; (ii) Dois Diretores em conjunto; (iii) Um Diretor em conjunto com um procurador; (iv) Dois procuradores com poderes de representação da Companhia, de acordo e dentro dos limites estabelecidos neste contrato ou em procuração própria. **Parágrafo Primeiro. -** As procurações outorgadas pela Sociedade deverão ser sempre assinadas por 02 (dois) Diretores, devendo ser expressamente identificados os poderes outorgados e, com exceção daquelas com poderes “ad iudicia” terão prazo de validade de, no máximo, 1 (um) ano. **Parágrafo Segundo. -** O Diretor Superintendente/Administrador em conjunto com outro Diretor poderá constituir um ou mais procuradores, com poderes de representação da Companhia, dentro dos limites desse Contrato Social, inclusive para receber notificações, citações e intimações, por prazo determinado. **Parágrafo Terceiro. -** Na ausência ou impedimento temporário do Diretor Superintendente/Administrador, suas funções serão exercidas temporária e cumulativamente por Diretor a ser designado pelo próprio Diretor Superintendente/Administrador. Na ausência ou impedimento temporário de qualquer outro Diretor, suas funções serão exercidas temporária e cumulativamente pelo Superintendente/Administrador ou por outro Diretor indicado pelo Diretor Superintendente/Administrador.” V) Ratificar a composição da Diretoria e redesignar as funções dos Diretores responsáveis por área perante a SUSEP, em decorrência dos deliberados nos itens anteriores; **Diretor:** Ariel Yanitchik Couto; **Designação:** Diretor Superintendente/Administrador; **Início do mandato:** 31.01.2024; **Fim do mandato:** 31.01.2026. **Diretor:** Elaine Patricia Bimbato; **Designação:** Diretora de Controles Internos; **Início do mandato:** 31.01.2024; **Fim do mandato:** 31.01.2026. **Diretor:** Luciana Lopardo Alves Divizii; **Designação:** Diretora sem designação específica; **Início do mandato:** 31.01.2024; **Fim do mandato:** 31.01.2026. **Diretor:** Paulo Maurício Fernandes Loureiro; **Designação:** Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei 9.613/98, referente a crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores a prevenção da utilização do sistema financeiro (Art. 12 da Circular nº 612, de 18/08/2020); **Início do mandato:** 31.01.2024; **Fim do mandato:** 31.01.2026. **Diretor:** Thomaz Tesouro; **Designação:** Diretor sem designação específica; **Início do mandato:** 31.01.2024; **Fim do mandato:** 31.01.2026. **Diretor:** Caio Eduardo Domingues dos Santos Carvalho; **Designação:** Diretor sem designação específica; **Início do mandato:** 20.09.2024; **Fim do mandato:** 31.01.2026. **1. Funções de caráter de fiscalização ou controle:** 1.1. Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei 9.613/98, referente a crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores a prevenção da utilização do sistema financeiro (Art. 12 da Circular nº 612, de 18/08/2020). **Sr. Paulo Maurício Fernandes Loureiro;** e 1.2. Diretora responsável pelos controles internos (Art. 9º da Resolução nº 416, de 20/07/2021), **Sra. Elaine Patricia Bimbato;** **VII)** Alterar o endereço da sede da MDS - Filial Porto Alegre, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 48.114.367/0013-04 e registrada na JUCIS/RS sob o NIRE 4392001369 de “R. Fúriel Luiz Antonio de Vargas, nº 250, conjunto 1.303 - 12º andar, Bela Vist Porto Alegre, RS, CEP 90.470-130” para “Avenida Carlos Gomes, nº 258, salas 1001, 1002 e 1003 - CEP 90480-000 - Porto Alegre, RS”; **VIII)** Transferir todas as atividades realizadas na MDS - Filial Jaraguá do Sul para MDS - Filial Blumenau, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 48.114.367/0002-43 registrada na JUCESC/SC sob o NIRE 2.901.013.182, com sede em “Alameda Doutor Carlos de Carvalho, 373, 4º andar, conjunto 404, Condomínio Felipe M. Zeredin ED, Centro,

Curitiba, Paraná, CEP: 80.410.180” e em decorrência da deliberação anterior, encerrar a MDS - Filial Jaraguá do Sul; **VIII)** Encerrar a filial MDS - Jaraguá do Sul, localizada na Cidade de Jaraguá do Sul Estado de Santa Catarina, na Rua Presidente Epitácio Pessoa, nº 490, Centr 89251-100, CEP 89251-100, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 48.114.367/0008-39 registrada na JUCESP/SP sob o NIRE 42.901.068.661; **IX)** Encerrar a filial MDS - Campinas, localizada na Cidade de Campinas, Estado São Paulo, na Avenida José de Souza Campos, nº 507, sala 10, Vila Nova Campinas, CEP 13025-320, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 48.114.367/0014-8 registrada na JUCESP/SP sob o NIRE 35906066653. **X)** Diante da reforma acima aprovada, consolida-se o Estatuto Social da Companhia, que como anexo é parte integrante desta Ata. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos desta Assembleia Geral, lavrando-se no livro próprio, a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes, que a subscrevem. **Assinaturas:** Presidente da Mesa: José Manuel Queiroz Dias da Fonseca, Secretário da Mesa: José Diogo Carneiros de Araújo e Silva; **Acionistas: MDS Corretor de Seguros S.A.,** representado por José Manoel Queiroz Dias da Fonseca e **MDS SGPS S.A.,** representado por José Diogo Carneiros de Araújo e Silva. **Declaração:** Declaramos, para os devidos fins, que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. São Paulo (SP), 20 de setembro de 2024. JUCESP nº 434.652/24-6 em 05/12/2024. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral em Exercício. **ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto Social e Duração. Artigo 1º -** A MDS Corretora e Administradora de Seguros S.A., doravante de nominada como a “Companhia”, é uma sociedade por ações que será regida por este Estatuto Social, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, (“Lei das Sociedades por Ações”) sendo regida supletivamente pelas disposições legais relativas às sociedades por ações contidas na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil”), que lhe forem aplicáveis. **Parágrafo Primeiro -** A Companhia tem sua sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, competindo ao Conselho de Administração fixar e alterar o endereço da sede independentemente de alteração estatutária, desde que dentro da Cidade de São Paulo e observadas as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Parágrafo Segundo -** A Sociedade possui as seguintes filiais, as quais exercem as atividades do objeto social descrito no artigo 2º abaixo: (i) filial, localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso, nº 81, 26º andar, CEP 20090-010, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 48.114.367/0005-96 e registrada na JUCERJA/RJ sob o NIRE 33.999.215.288 (“Filial Rio de Janeiro”); (ii) filial, localizada na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Doutor Carlos de Carvalho, 373, 4º andar, conjunto 404, Condomínio Felipe M. Zeredin ED, Centro, CEP 80410-180, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 48.114.367/0008-39 e registrada na JUCEPAR/PR sob o NIRE 42.901.068.661 (“Filial Paraná”); (iii) filial, localizada na Cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Rua Maria Lobo, nº 10, sala 1.309, Centro, CEP 89201-330, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 48.114.367/0004-05 e registrada na JUCESC/SC sob o NIRE 42901013948 (“Filial Joinville”); (iv) filial, localizada na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Doutor Carlos de Carvalho, nº 373, 4º andar, conjunto 404, Condomínio Felipe M. Zeredin ED, Centro, CEP 80410-180, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 48.114.367/0007-58 e registrada na JUCEPAR/PR sob o NIRE 41.901.383.841 (“Filial Curitiba”); (v) filial, localizada na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, Avenida Tancredo Neves, nº 620, salas 617 a 620, Condomínio Mundo Plaza, Caminho das Árvores, CEP 42820-020, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 48.114.367/0011-34 e registrada na JUCEB/BA sob o nº 29.901.288.467 (“Filial Salvador”); (vi) filial, localizada na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, Avenida Republica do Libano, nº 251 - 25º andar, sala 2504, Edifício Empresarial Rio Mar, Torre C - Pina, CEP 51110-160, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 48.114.367/0010-53 e registrada na JUCEPE/PE sob o NIRE 26.900.749.603 (“Filial Recife”); (vii) filial, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Eusébio Matos, nº 690, 4º andar, Pinheiros, CEP 05423-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 48.114.367/0009-10 e registrada na JUCESP/SP sob o NIRE 35.905.468.197 (“Filial São Paulo”); (viii) filial, localizada na Cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina, Avenida Getúlio Vargas, nº 36, Centro, CEP 88353-900, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 48.114.367/0012-15 e registrada na JUCESC/SC sob o NIRE 42902023734 (“Filial Brusque”); (ix) filial, localizada na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Avenida Carlos Gomes, nº 258, salas 1001, 1002 e 1003, CEP 90480-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 48.114.367/0013-04 e registrada na JUCIS/RS sob o NIRE 4392001369-0 (“Filial Porto Alegre”); (x) filial, localizada na Cidade de Belo Horizonte, Estado do Belo Horizonte, Rua Fernandes Tourinho, nº 264 - sala 501 e 502, Savassi, CEP 30112-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 48.114.367/0015-68 e registrada na JUCEMG/MG sob o NIRE 3192008505-4 (“Filial Belo Horizonte”) e (xi) filial, localizada na Cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, na Rua Doutor Léo de Carvalho, nº 74 - 25º andar, CEP 89036-239, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 48.114.367/0002-43 e registrada na JUCESC/SC sob o NIRE 2.901.013.182 (“Filial Blumenau”). **Parágrafo Terceiro -** A Diretoria Executiva é o órgão responsável por deliberar sobre abertura, transferência e extinção de filiais, agências, escritórios ou quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte no território nacional ou no exterior. **Artigo 2º -** A Companhia tem por objeto social a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades e a prestação de serviços profissionais de corretagem de produtos securitários, conforme especificados abaixo, porém não se limitando a: (i) Seguros dos ramos elementares; (ii) Seguros dos ramos vida e capitalização, se inscrita na SUSEP, a pedido da Sociedade Seguradora; (iii) Planos previdenciários, se inscrita na SUSEP, a pedido de Entidade Aberta de Previdência Privada; e (iv) Planos privados de assistências à saúde, se inscrita na SUSEP. **Parágrafo Único -** O exercício das atividades relacionadas ao objeto social da Companhia deverá considerar: (a) os interesses, de curto e longo prazo, da Companhia e de seus acionistas, e (b) os efeitos econômicos, sociais, ambientais e jurídicos, de curto e longo prazo, em relação aos colaboradores, fornecedores, parceiros, clientes e demais credores da Companhia e de suas controladas, bem como em relação às comunidades em que a Companhia atua, seja no âmbito local e/ou global. **Artigo 3º -** A Companhia irá operar por prazo indeterminado de duração. **Capítulo II - Do Capital Social e Ações. Artigo 4º -** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 148.243.051,41 (cento e quarenta e oito milhões, duzentos e quarenta e três mil, cinquenta e um reais e quarenta e um centavos), representado por 3.845.760 (três milhões, oitocentas e quarenta e cinco mil, setecentas e sessenta) ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal. **Parágrafo Primeiro -** Cada ação ordinária confere a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais. **Parágrafo Segundo -** As ações serão indivisíveis perante a sociedade. **Parágrafo Terceiro -** A Companhia fica autorizada a criar outras espécies e classes de ações ou aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação dos acionistas representando a maioria do capital social. **Parágrafo Quarto -** Na hipótese do Parágrafo Terceiro acima, o Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive o preço de emissão, o prazo e a forma de integralização, bem como, se for o caso, a eventual destinação de parte do preço de emissão à conta de reserva de capital. **Capítulo III - Da Assembleia Geral. Artigo 5º -** A Assembleia Geral realizará-se, ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social para deliberar sobre as matérias constantes do art. 132 da Lei nº 6.494/76 e, extraordinariamente, sempre que necessária aos interesses sociais exigirem. **Parágrafo Primeiro -** A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração da Companhia e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, que, por sua vez, indicará o Secretário. Na hipótese de ausência do Presidente do Conselho de Administração, a Assembleia Geral será presidida por membro do Conselho de Administração que seja escolhida pelos acionistas presentes. **Parágrafo Segundo -** As Assembleias Gerais poderão ser realizadas presencialmente, ou parcialmente ou exclusivamente remotas, por meio de videoconferências, e deverão ser convocadas com, no mínimo 10 (dez) dias de antecedência. **Parágrafo Terceiro -** Independentemente das formalidades de convocação previstas neste Artigo e na Lei, será considerada regular a reunião em que estejam presentes todos os Acionistas. **Parágrafo Quarto -** Observadas as restrições legais, os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procuradores devidamente constituídos, desde que cumprida a legislação aplicável. **Artigo 6º -** Os acionistas ou os seus representantes legais presentes na Assembleia Geral deverão comparecer à Assembleia Geral munidos de documentos que comprovem sua identidade e, em se tratando de representante de pessoa jurídica, que comprovem a sua regular e legítima representação, devendo assinar o livro de registro de presença de acionistas, indicando o seu nome, nacionalidade e residência, bem como a quantidade de ações de que forem titulares. **Artigo 7º -** Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas em lei e neste Estatuto Social: (i) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal quando instalado; (ii) fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se quando instalado; (iii) tomar, anualmente, as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; (iv) reformar o Estatuto Social da Companhia; (v) deliberar sobre a dissolução, liquidação, recuperação judicial ou extrajudicial ou falência da Companhia; (vi) deliberar sobre a fusão, cisão, transformação, incorporação da Companhia (inclusive incorporação de ações), ou de qualquer sociedade pela Companhia, conforme proposta aprovada por seu Conselho de Administração; (vii) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos desdobramentos de ações; (viii) deliberar sobre o resgate ou amortização de ações e aprovar a alteração do direitos, preferências, vantagens e condições de resgate e amortização de ações; (ix) deliberar sobre a alteração do limite do capital autorizado, o aumento do capital social, sem prejuízo da competência do Conselho de Administração para aprova aumentos de capital social dentro do limite do capital autorizado, ou qualquer redução do capital; (x) deliberar sobre a suspensão de quaisquer direitos dos acionistas, nos termos do artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, não podendo, nessa deliberação, votar o(s) acionista(s) cujos direitos poderão ser objeto de suspensão; (xi) aprovar planos de outorga de ações ou de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores, empregados e prestadores de serviço, assim como aos administradores, empregados e prestadores de serviço de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia; (xii) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela Administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a sua distribuição aos acionistas; (xiii) eleger o liquidante, bem como os membros do Conselho Fiscal (caso este não esteja instalado na Companhia), que deverá funcionar no período de liquidação; (xiv) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração. **Artigo 8º -** Exceto nos casos previstos em lei ou neste Estatuto Social, as deliberações assembleares serão aprovadas mediante o voto afirmativo dos acionistas representando a maioria dos votos presentes na Assembleia Geral, não sendo computados os votos em branco.

Capítulo IV - Da Administração da Companhia. Seção I - Disposições Gerais. Artigo 9º - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por um Diretoria Executiva, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações e no presente Estatuto Social. **Parágrafo Primeiro -** Os Conselheiros de Administração e os Diretores, membros do Diretoria executiva, serão investidos nos seus cargos mediante assinatura do termo de posse. **Parágrafo Segundo -** Cada administrador terá mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição por períodos sucessivos, de acordo com as disposições previstas neste Estatuto Social e na lei aplicável. Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso. **Parágrafo Terceiro -** No desempenho de suas funções, os administradores da Companhia deverão considerar o melhor interesse da Companhia, incluindo os interesses, as expectativas, e os efeitos de curto e longo prazo de seus atos sobre os seguintes atores relacionados à Companhia e a suas controladas: (i) os acionistas; (ii) os colaboradores; (iii) os fornecedores, consumidores e demais credores; e (iv) a comunidade e o meio ambiente local e global. **Parágrafo Quarto -** Das reuniões do Conselho de Administração e do Diretoria executiva serão lavradas atas no respectivo livro e, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, sempre que ocorrer deliberações que sejam de interesse da sociedade. **Parágrafo Quinto -** São obrigações dos membros do Conselho de Administração e do Diretoria executiva zelar pela adequação e pela efetividade do sistema de controles internos, nos termos da regulamentação aplicável, bem como garantir que os mecanismos de avaliação de desempenho e a estrutura nomenclatória adotados pela Companhia não incentivem comportamentos capazes de comprometer a efetividade dos seus controles internos. **Artigo 10 -** É expressamente vedado e nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer administrador, procurador ou empregado da Companhia que envolva em obrigações relativas a negócios e operações estranhos ao seu objeto social ou em violação à lei ou ao Estatuto Social, tais como fianças, avais, endosses, saques, abonos, cartas de crédito ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, respondendo o infrator desta cláusula por perdas e danos. **Artigo 11 -** Os Conselheiros de Administração e os Diretores devem ter reputação ilibada, não podendo ser eleitos, salvo dispensa da Assembleia Geral, aqueles que: (a) ocuparem cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes de mercado da Companhia; ou (b) tiverem ou representarem interesse conflitante com o da Companhia. **Parágrafo Único -** O Conselho de Administração ou Diretor não poderá intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, ficando expressamente vedado o exercício do seu direito de voto com relação a tais questões. **Artigo 12 -** Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente não poderão ser cumulados pela mesma pessoa, excetuadas as hipóteses de vacância, desde que cesse a cumulação no prazo de 1 (um) ano. **Seção II - Do Conselho de Administração. Artigo 13 -** A Companhia tem um Conselho de Administração composto por 3 (três) e, no máximo 5 (cinco) membros efetivos, acionistas ou não, residentes ou não no País, desde que devidamente representados por seu procurador, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato nominado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo Único -** Caberá aos Conselheiros eleitos, quando da reunião do Conselho de Administração após a posse de seus membros para um novo mandato, eleger, entre os seus membros, aqueles que exercerão, durante o mandato, as funções de Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração, sendo permitida uma nova eleição para o exercício das funções. **Artigo 14 -** A indicação de membros ao Conselho de Administração deverá observar os requisitos previstos neste Estatuto Social na Lei das Sociedades por Ações e, conforme aplicável, em acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, bem como nas demais legislações e regulamentações aplicáveis. **Parágrafo Único -** Os membros do Conselho de Administração que deixem de preencher, por fato superveniente ou desconhecido à época de sua eleição, os requisitos estabelecidos no caput deste Artigo, deverão ser substituídos. **Artigo 15 -** O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, conforme calendário aprovado por seus membros e, extraordinariamente, quando necessário aos interesses sociais, sempre que convocado por seu Presidente ou, na ausência deste, pelo Vice-Presidente. **Parágrafo Primeiro -** A convocação das reuniões do Conselho de Administração dar-se-á mediante aviso por escrito, por e-mail ou outra forma aceitável por todos os membros, com antecedência mínima de 3 (três) dias, indicando a ordem do dia, a data, o local e o horário em que a reunião se realizará. **Parágrafo Segundo -** Independentemente das formalidades de convocação previstas neste Artigo, será considerada regular a reunião em que estejam presentes todos os membros do Conselho de Administração em exercício. **Parágrafo Terceiro -** As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos membros em exercício, e as suas deliberações, inclusive propostas a serem submetidas à Assembleia Geral, serão aprovadas pela maioria dos presentes. Cada Conselheiro presente terá direito a um voto, sendo certo, porém, que, em caso de empate, caberá ao Presidente do Conselho de Administração, além de seu voto, o de desempate. **Parágrafo Quarto -** As reuniões do Conselho de Administração realizar-se-ão presencialmente na sede social da Companhia, a menos que outro local seja informado na respectiva convocação, ou de forma parcial ou exclusivamente remota. Em qualquer caso, os conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro sistema eletrônico de comunicação que permita a identificação do membro e a comunicação com todas as demais pessoas presentes à reunião, hipóteses em que serão considerados presentes à reunião e deverão assinar a correspondente ata ou enviar por escrito, inclusive por e-mail, sua concordância com o respectivo conteúdo. **Artigo 16 -** Em caso de impedimento definitivo ou vacância de qualquer dos cargos de membro do Conselho de Administração, inclusive do Conselheiro Presidente, o substituto poderá ser nomeado pelos Conselheiros remanescentes e permanecerá no cargo até o final do mandato do membro substituído. Ocorrendo impedimento definitivo ou vacância da maioria dos cargos do Conselho de Administração, deverá ser imediatamente convocada Assembleia Geral para eleger os substitutos, os quais deverão completar o mandato dos Conselheiros substituídos. **Artigo 17 -** Compete ao Conselho de Administração da Companhia: (i) fixar as diretrizes e políticas da Companhia e de suas controladas, cabendo ao Conselho de Administração verificar e acompanhar a sua execução e examinar a qualquer tempo os livros e os papéis da Companhia e de suas controladas, solicitar informações sobre quaisquer documentos celebrados ou em vias de celebração ou quaisquer outros atos, manifestando-se a respeito; (ii) manifestar-se sobre o relatório da Administração, as contas do Diretoria executiva e as demonstrações financeiras da Companhia, submetendo-as à aprovação da Assembleia Geral; (iii) aprovar o levantamento de balanço em períodos inferiores ao exercício social, bem como a distribuição de dividendos intercalares ou intermediários e o pagamento de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação aplicável; (iv) aprovar o orçamento anual para a Companhia e suas controladas; (v) aprovar programas de remuneração com base em ações, observados os planos aprovados em Assembleia Geral; (vi) convocar as Assembleias Gerais da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e deste Estatuto; (vii) eleger e destituir os membros da Diretoria Executiva da Companhia, fixando-lhes, quando for o caso, suas atribuições (respeitadas aquelas previstas no Estatuto Social e na regulamentação aplicável); (viii) nomear ou a destituir o diretor responsável pelos Controles e demais diretores com funções específicas perante a SUSEP, conforme normativos vigentes; (ix) nomear um dos Diretores como Diretor responsável especificamente à Prevenção e combate aos Crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, ou aos crimes que com eles possam se relacionar, bem como à Prevenção e Coibição do Financiamento do Terrorismo, em cumprimento das disposições da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, ou a que venha a substituí-la, e respectiva regulamentação setorial. (x) indicar o Responsável Técnico da Companhia perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, nos termos dos requisitos regulatórios aplicáveis, podendo substituí-lo a qualquer momento, desde que preenchido os requisitos regulatórios; (xi) aprovar negócios, contratos e operações de qualquer natureza quando ultrapassarem, de forma isolada ou no conjunto de operações da mesma natureza realizadas no período de 1 (um) ano, a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), quando não previstos no orçamento anual aprovado; (xii) aprovar a aquisição de quaisquer ativos, realização de investimentos ou empreendimentos, iniciais ou subsequentes, que ultrapassarem, de forma isolada ou no conjunto de operações da mesma natureza no período de 1 (um) ano, a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), quando não aprovados no plano de atividade e no orçamento anual; (xiii) aprovar desinvestimentos que excedam, de forma isolada ou no conjunto de operações da mesma natureza no período de 1 (um) ano, a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), quando não aprovados no plano de atividade e no orçamento anual aprovados; (xiv) a outorga de garantias em favor de terceiros (pessoas físicas ou jurídicas), concessão de empréstimos, sua tornada e/ou transferência, bem como sua emissão, ou, de qualquer outra forma, negociação com títulos de crédito da sociedade, em uma operação ou série de operações, a no período de 1 (um) ano, acima de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), quando não aprovados no plano de atividade e no orçamento anual aprovado; (xv) a celebração ou alteração de contratos com diretores, inclusive pagamentos a título de gratificação ou outra forma qualquer; (xvi) a determinação das políticas de remuneração da sociedade; (xvii) aprovar a alienação ou operação do fundo do comércio, ou qualquer ativo que ultrapasse o valor atualmente estabelecido pela Assembleia Geral; (xviii) aprovar a nomeação de procuradores da sociedade; (xix) aprovar as políticas corporativas, conforme propostas que lhe sejam submetidas pelos órgãos competentes; (xx) aprovar as políticas conforme exigidas pela regulamentação vigente e respectivos relatórios, se e quando aplicáveis; e (xxi) fixar e alterar o endereço da sede independentemente de alteração estatutária, desde que dentro da Cidade de São Paulo e observadas as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Parágrafo Primeiro -** Os valores em reais mencionados neste artigo deverão ser reajustados anualmente, a partir da data de aprovação deste Estatuto Social pela Assembleia Geral, com base na variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou outro índice que venha a substituí-lo. **Parágrafo Segundo -** Sem prejuízo das matérias e atribuições reservadas ao Conselho de Administração neste Estatuto Social, poderá ele estabelecer atribuições adicionais (inclusive no âmbito das políticas e normas corporativas da Companhia de sua competência), bem como estabelecer limites de alçadas aplicáveis aos diferentes órgãos da Companhia, de acordo com parâmetros que venha a estabelecer, desde que não conflitantes com as atribuições a eles fixadas por lei ou por este Estatuto Social. **Seção III - Da Diretoria Executiva. Artigo 18 -** A Diretoria Executiva será composta por, no mínimo 2 (dois) e, no máximo, 10 (dez) membros, residentes no País, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo, ao menos, um Diretor Superintendente/Administrador e os demais Diretores com as respectivas atribuições a serem definidas pelo Conselho de

continua ➡

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 10/12/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continua ➡ Administração. **Parágrafo Primeiro** - O prazo de mandato dos Diretores, será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição por períodos sucessivos, de acordo com as disposições previstas neste Estatuto Social e na lei aplicável. **Parágrafo Segundo** - Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância permanente de cargo de Diretor, o Conselho de Administração deverá ser convocado para discussão sobre a eleição de diretor substituto. **Artigo 19** - Competirá à Diretoria Executiva a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à gestão dos negócios sociais, bem como decidir sobre matérias que não sejam, por lei ou por disposições deste Estatuto Social, de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, devendo os Diretores atuar de acordo com as suas atribuições estabelecidas em lei, neste Estatuto Social, pelo Conselho de Administração, Oitorgados por procuração e nas políticas corporativas da Companhia, quando aprovadas pelo Conselho de Administração. **Parágrafo Primeiro** - Sem prejuízo de funções, competências e poderes adicionais a serem atribuídos para cada um dos Diretores pelo Conselho de Administração, compete, especificamente ao Diretor Superintendente/ Administrador: (a) administrar e gerir os negócios da Companhia; (b) fazer com que sejam observadas as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; e (c) conduzir e coordenar as atividades dos demais Diretores no âmbito dos deveres e atribuições estabelecidos para os respectivos Diretores em lei, pelo Conselho de Administração, pelo presente Estatuto Social e nas políticas corporativas da Companhia, convocando e presidindo as reuniões do Diretoria Executiva. **Parágrafo Segundo** - Na ausência ou impedimento temporário do Diretor Superintendente/Administrador, suas funções serão exercidas temporária e cumulativamente por Diretor a ser designado pelo próprio Diretor Superintendente/Administrador ou, na ausência de tal indicação, por Diretor a ser designado pelo Conselho de Administração. Na ausência ou impedimento temporário de qualquer outro Diretor, suas funções serão exercidas temporária e cumulativamente pelo Diretor Superintendente/Administrador ou por outro Diretor indicado pelo Diretor Superintendente/Administrador. **Parágrafo Terceiro** - Sem prejuízo das demais competências e atribuições previstas em lei, na regulamentação e neste Estatuto, é responsabilidade de todos os Diretores orientar, supervisionar e garantir a elaboração, implementação e operacionalização dos processos e procedimentos relativos aos controles internos associados às atividades sob sua responsabilidade, bem como verificar sistematicamente a adoção e o cumprimento dos processos e procedimentos acima, como também a manutenção de sua adequação, definindo e implementando planos de ação destinados ao saneamento de deficiências do sistema de controles internos da Companhia. **Artigo 20** - Será designado, pelo Conselho de Administração, um dos Diretores como responsável pelos Controles Internos da Companhia, nos termos da Resolução CNSP nº 416, de 20 de julho de 2021, em cumprimento das disposições da Circular Susep nº 612 de 18 de agosto de 2022, e à prevenção e combate aos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, ou aos crimes que com eles possam se relacionar, bem como à prevenção e coibição do financiamento do terrorismo, em cumprimento das disposições da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, ou a que venha a substituí-la e respectiva regulamentação setorial. **Parágrafo Primeiro** - O diretor responsável pelos controles internos poderá desempenhar outras atribuições relativas à governança, de caráter de fiscalização ou controle, sendo-lhe vedado, direto ou indiretamente, o acúmulo de funções relativas à gestão, de caráter executivo ou operacional, ou que impliquem em assunção de riscos relevantes relativos ao negócio. **Parágrafo Segundo** - O Diretor responsável pelos controles internos possui a prerrogativa de se reunir, sempre que considerar necessário com o Conselho de Administração ou com o Diretor Superintendente/ Administrador ou executivo principal da Companhia, sem a presença dos demais Diretores. **Parágrafo Terceiro** - O diretor de controles internos será responsável, direta ou indiretamente, pela Unidade de Conformidade, que deverá ser segregada das demais unidades organizacionais e subordinada. **Parágrafo Quarto** - É vedado ao Diretor responsável pelos controles internos receber bônus ou incentivos remuneratórios atrelados ao desempenho das unidades de negócio, ressalvadas, quando aplicáveis, as disposições da legislação trabalhista. **Artigo 21** - A Diretoria Executiva se reunirá sempre que os interesses da Companhia o exigirem e suas decisões, quando colegiadas, serão tomadas por maioria simples de votos, observado o quórum de instalação equivalente à maioria de seus membros eleitos, cabendo ao Diretor Superintendente/Administrador, além de seu voto, o de desempate. **Artigo 22** A Companhia poderá ser representada por (i) Diretor Superintendente/Administrador em conjunto com outro Diretor Superintendente/Administrador; (ii) Dois Diretores Executivos em conjunto; (iii) Um Diretor Superintendente/Administrador em conjunto com um procurador; (iv) Dois procuradores com poderes de representação da Companhia, de acordo e dentro dos limites estabelecidos neste estatuto ou em procuração própria. **Parágrafo Primeiro** - O Diretor Superintendente/Administrador em conjunto com outro Diretor Superintendente/Administrador poderá constituir um ou mais procuradores, com poderes de representação da Companhia, dentro dos limites desse Estatuto, inclusive para receber notificações, citações e intimações, por prazo determinado. **Artigo 22**- A Sociedade poderá ser representada por (i) Diretor Superintendente/Administrador em conjunto com outro Diretor; (ii) Dois Diretores em conjunto; (iii) Um Diretor em conjunto com um procurador; (iv) Dois procuradores com poderes de representação da Companhia, de acordo e dentro dos limites estabelecidos neste contrato ou em procuração própria. **Parágrafo Primeiro**. As procurações outorgadas pela Sociedade deverão ser sempre assinadas por 02 (dois) Diretores, devendo ser expressamente identificados os poderes outorgados e, com exceção daquelas com poderes "ad judicium", terão prazo de validade de, no máximo, 1 (um) ano. **Parágrafo Segundo**. O Diretor Superintendente/ Administrador em conjunto com outro Diretor poderá constituir um ou mais procuradores, com poderes de representação da Companhia, dentro dos limites desse Contrato Social, inclusive para receber notificações, citações e intimações, por prazo determinado. **Parágrafo Terceiro**. Na ausência ou impedimento temporário do Diretor Superintendente/Administrador, suas funções serão exercidas temporária e cumulativamente por Diretor a ser designado pelo próprio Diretor Superintendente/Administrador. Na ausência ou impedimento temporário de qualquer outro Diretor, suas funções serão exercidas temporária e cumulativamente pelo Superintendente/Administrador ou por outro Diretor indicado pelo Diretor Superintendente/ Administrador. **Capítulo V - Do Conselho Fiscal. Artigo 23** - O Conselho Fiscal funcionará em caráter não permanente e, caso instalado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos em Assembleia Geral Ordinária, que fixará o montante global de sua remuneração, observado o disposto em lei e com mandato unificado até a Assembleia Geral Ordinária seguinte a sua eleição. **Parágrafo Único** - Os deveres dos membros efetivos do Conselho Fiscal são os estabelecidos na Lei nº 6.404/76 e, nas suas faltas, impedimentos ou vacâncias, serão substituídos pelos respectivos suplentes. **Capítulo VI - Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Lucros. Artigo 24** - O exercício social encerra-se em 31 de dezembro de cada ano, quando é levantado o balanço patrimonial e são elaboradas as demonstrações financeiras. **Artigo 25** - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, obedecidas as disposições legais: (i) eventuais prejuízos acumulados; (ii) provisão para o imposto de renda. **Parágrafo Único** - O prejuízo será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. **Artigo 26** - De cada exercício social, 5% (cinco por cento) do lucro líquido será destinado a reserva legal, a qual não poderá exceder 20% (vinte por cento) do capital social, segundo o disposto na Lei nº 6.404/76, sendo certo que esta destinação não será obrigatória quando o saldo desta reserva, acrescido de qualquer reserva de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social. **Artigo 27** - Os acionistas detentores das ações ordinárias têm direito ao recebimento de um dividendo anual mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido de cada exercício social, ajustado nos termos da lei. **Parágrafo Primeiro** - O saldo remanescente poderá ser distribuído aos acionistas ou retido, total ou parcialmente, em conta de resultados acumulados ou de reservas, conforme determinação da Assembleia Geral. **Artigo 28** - A Assembleia Geral poderá, com o consentimento do(s) acionista(s) que representem(a) a maioria simples do capital social com direito a voto, deliberar: (i) Pelo levantamento de balanço intermediários para fins contábeis; (ii) Pela distribuição de um dividendo inferior mínimo obrigatório definido no Artigo 29, ou mesmo pela retenção da totalidade do lucro **Capítulo VII - Dissolução e Liquidação. Artigo 29** - A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante e os membros do Conselho Fiscal, que deverá funcionar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração. **Capítulo VIII – Foro. Artigo 30** - Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas desde Estatuto Social, a companhia eleger o foro da Comarca da Capital do Estado São Paulo. **Capítulo VIII - Disposições Gerais. Artigo 31** - A Companhia observará as disposições constantes de acordo de acionistas, quando existente, arquivado em sua sede social, cabendo à Administração a deliberação em sentido contrário ao estabelecido em tal acordo. São Paulo (SP), 20 de setembro de 2024.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833
comercial@datamercantil.com.br



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 10/12/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



EPR Infraestrutura PR S.A.

CNPJ/MF nº 51.136.974/0001-38 - NIRE 35.300.618.041

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de novembro de 2024

1. Data, Horário e Local: No dia 13 de novembro de 2024, às 16:30 horas, no endereço da sede social da EPR Infraestrutura PR S.A. ("**Companhia**"), localizada no município e Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1188, 6º andar, sala nº 22, Jardim Paulistano, CEP 01451-001. **2. Convocação e Presença:** dispensadas as formalidades de convocação na forma do disposto no artigo 124, parágrafo 4º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("**Lei das S.A.**"), conforme alterada, em razão da presença dos acionistas titulares de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia, conforme assinaturas lançadas abaixo. **3. Mesa:** Presidente: Enio Stein Júnior; e Secretário: José Carlos Cassaniga.

4. Ordem do Dia: Discutir e deliberar sobre a aprovação da ampla alteração do estatuto social da Companhia ("**Estatuto Social**"), em atendimento às exigências formuladas pela Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") por meio do Ofício nº 260/2024/CVM/SEP/GEA-2 ("**Exigências CVM**"), no âmbito do pedido de registro de emissora de valores mobiliários, categoria "B", da Companhia. **5 Deliberações:** Os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos e sem ressalvas, aprovar a ampla alteração do Estatuto Social para fins de atendimento às Exigências CVM, de modo que o Estatuto Social da Companhia passa a vigorar, a partir da presente data, de forma consolidada de acordo com os termos do **Anexo 1** à presente ata. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia, da qual lavrou-se a presente ata, que, após lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Autorizada a publicação da presente ata com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do artigo 130, parágrafo 2º, da Lei das S.A. **7. Assinaturas:** Presidente: Enio Stein Júnior; Secretário: José Carlos Cassaniga. Acionistas Presentes: (i) EPR 2 Participações S.A. (Por: José Carlos Cassaniga e Enio Stein Júnior); e (ii) Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações - IE (Por: Perfin Administração de Recursos Ltda., que, por sua vez, é representada por Ralph Gustavo Rosenberg e Carolina Maria Rocha Freitas). São Paulo, 13 de novembro de 2024. JUCESP nº 431.936/24-9 em 03/12/2024. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral em Exercício. **Estatuto Social.**

Capítulo I. Denominação, Sede, Objeto Social e Prazo de Duração. Artigo 1º. A EPR Infraestrutura PR S.A. ("**Companhia**") é uma sociedade por ações de capital aberto, categoria "B", regida pelo presente estatuto social ("**Estatuto Social**"), pela Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("**Lei das S.A.**"), pelo acordo de acionistas arquivado na sede social ("**Acordo de Acionistas**") e pelas demais disposições aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem sua sede social e foro na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1188, 6º andar, sala nº 22, Jardim Paulistano, CEP 01451-001, podendo instalar, estabelecer, transferir e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios em qualquer parte do território nacional, por deliberação da Diretoria. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social explorar, no território nacional, projetos de infraestrutura em transportes, através da exploração direta e/ou da participação em sociedades de propósito específico que se dediquem a empreendimentos de exploração, operação e manutenção de complexos rodoviários federais e estaduais e respectivas faixas marginais. **Artigo 4º.** A Companhia tem prazo de duração indeterminado. **Capítulo II. Capital Social. Artigo 5º.** O capital social da Companhia é de R\$ 5.132.599,00 (cinco milhões cento e trinta e dois mil quinhentos e noventa e nove reais), totalmente subscrito e parcialmente integralizado, representado por 256.625.000 (duzentas e cinquenta e seis milhões seiscentas e vinte e cinco mil) ações ordinárias e 256.625.000 (duzentas e cinquenta e seis milhões seiscentas e vinte e cinco mil) ações preferenciais ("**Ações PN**"), todas nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo 1º.** Cada ação ordinária confere ao seu titular 1 (um) voto nas Assembleias Gerais de Acionistas ("**Assembleia Geral**"). **Parágrafo 2º.** As Ações PN: (i) não conferirão direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais; (ii) farão jus à prioridade de reembolso de capital por um valor igual ao valor integralizado da Ação PN menos o valor total de todos os pagamentos realizados à Ação PN, de acordo com o previsto no Acordo de Acionistas, sem prêmio; (iii) farão jus ao pagamento de dividendos correspondente a 95% (noventa e cinco por cento) dos dividendos e quaisquer outros proventos distribuídos pela Companhia aos seus acionistas até que o valor total de tais distribuições atinja o valor previsto no Acordo de Acionistas arquivado na sede social; e (iv) serão resgatáveis por decisão da Assembleia Geral da Companhia, independentemente de aprovação pelos titulares das referidas Ações PN, por um valor igual ao valor integralizado da ação preferencial menos o valor total de todos os pagamentos realizados à Ação PN, de acordo com o previsto no Acordo de Acionistas. **Parágrafo 3º.** As ações preferenciais não poderão ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do total de ações emitidas. **Parágrafo 4º.** As ações são indivisíveis em relação à Companhia, que não reconhecerá mais do que um proprietário para exercer os direitos a elas inerentes. **Parágrafo 5º.** Todas as ações de emissão da Companhia serão escrituradas nos livros próprios da Companhia em nome de seus titulares. **Parágrafo 6º.** Observado o disposto no Acordo de Acionistas e na Lei das S.A., mediante aprovação da Assembleia Geral, a Companhia, poderá adquirir suas próprias ações, devendo as ações adquiridas ser mantidas em tesouraria e posteriormente alienadas ou canceladas. **Parágrafo 7º.** A alienação e a oeração de ações de emissão da Companhia somente poderão ser realizadas de acordo com o previsto no Acordo de Acionistas, sendo nula qualquer alienação ou oeração efetuada em desacordo com as disposições de tal Acordo de Acionistas. **Parágrafo 8º.** É vedada a criação ou emissão de partes beneficiárias pela Companhia. **Artigo 6º.** Observado o disposto neste Estatuto Social e na Lei das S.A., bem como o disposto no Acordo de Acionistas, os acionistas (diretos e/ou indiretos) terão direito de preferência para subscrever novas ações, bônus de subscrição e valores mobiliários conversíveis em ações emitidas pela Companhia. **Artigo 7º.** A não integralização, pelo subscritor, do valor subscrito, nas condições previstas no boletim de subscrição, constituirá, de pleno direito, o acionista remisso em mora, de acordo com a Lei das S.A., sujeitando o subscritor ao pagamento do valor em atraso corrigido pela variação positiva do IPCA, além de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, por rata die, até a data do efetivo pagamento, e multa não compensatória igual a 10% (dez por cento) do valor devido. **Capítulo III. Assembleias Gerais. Artigo 8º.** Os acionistas reunir-se-ão anualmente, em assembleia geral ordinária da Companhia, a ser realizada nos 4 (quatro) primeiros meses contados do encerramento de cada exercício social, para deliberar sobre as matérias dispostas no artigo 132 da Lei das S.A., e, extraordinariamente, sempre que necessário. **Artigo 9º.** As Assembleias Gerais poderão ser convocadas, a qualquer momento, na forma prevista na Lei das S.A. Será considerada regularmente instalada qualquer Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas. **Parágrafo 1º.** Além de presencialmente, a Assembleia Geral poderá, ainda, ser realizada (i) semipresencialmente - quando os acionistas puderem participar e votar presencialmente, no local físico da realização do conclave, mas também à distância; ou (ii) digitalmente - quando os acionistas só puderem participar e votar à distância. Quando semipresencial ou digital, a participação e a votação à distância dos acionistas podem ocorrer mediante o envio de boletim de voto à distância (inclusive por e-mail e/ou mediante atuação remota, via sistema eletrônico. O instrumento de convocação deverá informar, em destaque, se a Assembleia Geral será presencial, semipresencial ou digital, conforme o caso, detalhando como os acionistas poderão participar e votar. Para todos os fins legais, as Assembleias Gerais realizadas digitalmente serão consideradas como realizadas na sede da Companhia aplicável. **Parágrafo 2º.** Os acionistas não poderão deliberar sobre qualquer matéria que não tenha sido expressamente incluída na ordem do dia da respectiva Assembleia Geral. **Parágrafo 3º.** Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador constituído na forma do artigo 126, parágrafo 1º da Lei das S.A. **Parágrafo 4º.** Não poderá votar na Assembleia Geral o acionista com direitos sociais suspensos, na forma dos artigos 120 e 122, inciso V, da Lei das S.A. e do Acordo de Acionistas. **Parágrafo 5º.** O acionista não poderá votar nas deliberações relativas a laudo de avaliação dos bens com que concorrer para o capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem tampouco em quaisquer outras em que tiver interesse conflitante com o da Companhia. **Parágrafo 6º.** Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. Da ata extrair-se-ão certidões ou cópias autênticas para os fins legais. **Artigo 10.** Compete privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da Lei das S.A. e sobre as matérias abaixo elencadas: (i) alteração do estatuto social para (a) realizar aumentos de capital, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; (b) alterar a composição, competência e funcionamento da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, observado o disposto no Acordo de Acionistas, se for o caso; e (c) alterar a apuração ou destinação de resultados, incluindo criação, capitalização e extinção de reservas; (ii) deliberação sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos em desacordo com a política de dividendos; (iii) transformação do tipo societário; (iv) fusão, incorporação ou cisão envolvendo a Companhia; (v) registro de companhia aberta na categoria A (ou categoria que a substitua) ou oferta pública de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia; (vi) dissolução e liquidação da Companhia; (vii) nomeação e destituição de liquidante da Companhia; (viii) apresentação de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência, pela Companhia; (ix) participação em grupo de sociedades, pela Companhia, nos termos do artigo 265 da Lei das S.A.; (x) aprovação de investimento em novos empreendimentos no setor de concessão de rodovias federais e estaduais para operação e manutenção no Brasil e do respectivo plano de negócios; (xi) fixação da remuneração individual (fixa e variável) de membro da administração que seja uma parte relacionada de qualquer dos acionistas; (xii) aprovar planos de remuneração referenciados em ações; (xiii) deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações ou aumentos de capital; (xiv) contratação de endividamento em valor que eleve a razão Dívida

Líquida/EBITDA a valor superior ao previsto no plano de negócios aplicável, admitida uma variação de 10% (dez por cento), salvo se o endividamento for comprovadamente indispensável para o cumprimento das obrigações da Companhia sob contrato de concessão por ela celebrado ou perante autoridade governamental, desde que contratado em condições de mercado, observado o disposto no Acordo de Acionistas; (xv) outorga, pela Companhia, de garantia, real ou fidejussória, salvo no âmbito de financiamento ou operação contratada em benefício da Companhia, observados os termos do plano de negócios aprovado; (xvi) aquisição, subscrição ou alienação, pela Companhia, de quotas, ações ou participações em outra sociedade (pessoificada ou não), ou em fundos de investimento (exceto fundos mútuos ou exclusivos destinados à aplicação do caixa), salvo (a) a subscrição de capital em subsidiária em atendimento de capitalização prevista no plano de negócios aprovado ou (b) conforme o item (xxiv) abaixo; (xvii) criação (i.e., constituição), pela Companhia, de nova subsidiária, exceto se necessário para fins regulatórios ou para a captação de financiamento para a Companhia; (xviii) celebrar, alterar ou resilir quaisquer acordos de sócios, acionistas ou catistas; (xix) participação, da Companhia, em associações, fundações, empresas individuais de responsabilidade limitada ou consórcios; (xx) alienação ou oeração de bens do ativo não circulante não prevista no plano de negócios ou no orçamento anual aprovado e que envolvam valores iguais ou superiores a 10% (dez por cento) do total do ativo não circulante da Companhia (no caso de alienação de ativos pela Companhia); (xxi) celebrar, alterar ou rescindir contratos celebrados entre, de um lado, a Companhia e, de outro, uma parte relacionada, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; (xxii) abandonar ou rescindir contratos de concessão; (xxiii) outorgar empréstimos ou abrir linhas de crédito, exceto conforme previsto no Acordo de Acionistas; e (xxiv) propor, celebrar acordo ou liquidar processos administrativos, judiciais ou arbitrais que envolvam práticas de corrupção ou crimes ambientais. **Artigo 11.** Observado o disposto no Acordo de Acionistas e os quóruns previstos na Lei das S.A., as deliberações das Assembleias Gerais serão aprovadas pela maioria do capital social votante na Assembleia Geral. **Artigo 12.** O presidente da Assembleia Geral deverá observar e fazer cumprir as disposições do Acordo de Acionistas, não devendo computar quaisquer votos que venham a ser proferidos em desacordo com as disposições de tais acordos de acionistas. **Capítulo IV. Da Administração. Artigo 13.** A administração da Companhia competirá ao Conselho de Administração e à Diretoria. **Parágrafo 1º.** Os membros da administração serão investidos em seus respectivos cargos nos 30 (trinta) dias subsequentes à sua eleição, mediante assinatura de termo de posse lavrado nos livros mantidos pela Companhia para esse fim. **Parágrafo 2º.** Os membros da administração permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos. **Parágrafo 3º.** Em caso de substituição de membro da administração, o substituto completará mandato do substituído. **Parágrafo 4º.** Todos os administradores deverão atender aos requisitos de elegibilidade previstos na legislação aplicável, notadamente a Lei das S.A. e ser pessoas com reputação ilibada, ter comprovada experiência em sua área de atuação e declarar ausência de conflito de interesse. **Parágrafo 5º.** A Assembleia Geral fixará a remuneração global anual dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer a remuneração individual de cada administrador, exceto pelo previsto no artigo 1 (xii) acima. **Parágrafo 6º.** Os administradores ficam dispensados de prestar caução. **Capítulo V. Conselho de Administração. Artigo 14.** Observado o disposto no Acordo de Acionistas, o Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 5 (cinco) membros, com mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição. **Parágrafo 1º.** A Assembleia Geral poderá a qualquer tempo substituir os Conselheiros. **Parágrafo 2º.** Em caso de vacância, será convocada a Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto. **Parágrafo 3º.** O Conselho de Administração terá um presidente, que será escolhido pela Assembleia Geral. **Parágrafo 4º.** Em caso de ausência ou impedimento temporário, o presidente do Conselho de Administração indicará o seu substituto dentre os demais Conselheiros. **Artigo 15.** O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que necessário aos interesses da Companhia. **Parágrafo 1º.** As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo presidente do Conselho de Administração (ou seu substituto) ou, na hipótese deste retardar a convocação, por quaisquer 2 (dois) membros do Conselho de Administração, em conjunto, mediante o envio de correspondência eletrônica a todos os Conselheiros, com apresentação da ordem do dia, acompanhada dos documentos pertinentes, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, em 1ª convocação, e, em 2ª convocação, com, pelo menos, 2 (dois) dias úteis de antecedência. **Parágrafo 2º.** Além de presencialmente, as reuniões do Conselho de Administração poderão, ainda, ser realizadas de forma semipresencial ou digitalmente, nos termos da regulamentação aplicável. **Parágrafo 3º.** O presidente do Conselho de Administração será responsável por presidir as reuniões do Conselho de Administração e indicar os respectivos secretários. **Parágrafo 4º.** As reuniões do Conselho de Administração somente serão instaladas, em 1ª (primeira) convocação, com a presença da maioria dos conselheiros eleitos e, em 2ª (segunda) convocação, com qualquer número de conselheiros. Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros. **Parágrafo 5º.** As deliberações do Conselho de Administração serão aprovadas pela maioria dos membros presentes à reunião do Conselho de Administração, observado, quando for o caso, o voto de desempate do presidente do Conselho de Administração, salvo em relação às matérias indicadas no Artigo 16, as quais deverão ser aprovadas, cumulativamente, (i) pela maioria dos Conselheiros e (ii) pelo voto afirmativo de 2 (dois) Conselheiros indicados por acionistas que tiverem, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) das ações ordinárias, observado o disposto no Acordo de Acionistas. **Parágrafo 6º.** O presidente do Conselho de Administração (ou seu substituto) terá o voto de desempate nas deliberações do Conselho de Administração. **Parágrafo 7º.** As atas das reuniões do Conselho de Administração deverão ser lavradas em livro próprio. **Artigo 16.** No exercício de suas atribuições, compete ao Conselho de Administração, sem prejuízo das competências previstas na legislação vigente, deliberar sobre as seguintes matérias: (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; (ii) eleger e destituir os membros da Diretoria e fixar-lhes as atribuições; (iii) fiscalizar a gestão da Diretoria e examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; (iv) convocar a assembleia geral ordinária ou extraordinária, quando julgar conveniente; (v) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; e (vi) escolher e destituir os auditores independentes, se houver. **Capítulo VI. Diretoria. Artigo 17.** A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 5 (cinco) Diretores, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores e os demais Diretores sem designação específica ou com a designação que o Conselho de Administração estabelecer na sua eleição, sendo admitida a cumulação de cargos. **Parágrafo 1º.** Os Diretores terão mandato de até 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo 2º.** Observado o disposto no Acordo de Acionistas, o Conselho de Administração poderá a qualquer tempo substituir os Diretores. **Parágrafo 3º.** Compete ao Diretor Presidente superintender os negócios e supervisionar e dirigir os trabalhos da Companhia, bem como coordenar, orientar, acompanhar e supervisionar os demais membros da Diretoria. **Parágrafo 4º.** Compete ao Diretor de Relações com Investidores representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais (incluindo a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), Banco Central do Brasil, 83 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, instituição escrituradora das ações de emissão da Companhia, quando houver, entidades administradoras de mercados de balcão organizado, conforme aplicável), prestar informações ao público investidor, à CVM, ao Banco Central do Brasil, aos mercados de balcão e/ou às bolsas de valores nas quais a Companhia venha a ter seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, tomar providências para manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM e reportar ao Diretor Presidente qualquer situação relativa às questões referentes a relações com investidores da Companhia. **Parágrafo 5º.** Em caso de vacância dos cargos de Diretor, será convocada reunião do Conselho de Administração para eleição do respectivo substituto. **Parágrafo 6º.** Os demais Diretores terão as atribuições que lhes sejam fixadas pelo Conselho de Administração. **Artigo 18.** A Diretoria deverá reunir-se sempre que convocada pelo Diretor Presidente. **Parágrafo 1º.** As reuniões da Diretoria serão convocadas com antecedência mínima de 3 (três) dias, devendo constar a data, horário, local e ordem do dia da reunião. A convocação prévia das reuniões da Diretoria da Companhia será dispensada quando presente a totalidade dos Diretores em exercício. **Parágrafo 2º.** Além de presencialmente, as reuniões da Diretoria poderão, ainda, ser realizadas semipresencialmente ou digitalmente, nos termos da regulamentação aplicável. **Parágrafo 3º.** A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se sempre que, a critério de qualquer Diretor, for necessário, na presença de Diretores que representem a maioria dos membros da Diretoria, e tais reuniões serão presididas pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, pelo Diretor que na ocasião for escolhido pela maioria dos membros. **Parágrafo 4º.** As atas das reuniões da Diretoria deverão ser lavradas em livro próprio. **Artigo 19.** A Diretoria tem os poderes para praticar os atos necessários à consecução do objeto social, observado o disposto neste Estatuto Social, o Acordo de Acionistas, as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, competindo-lhe especialmente: (i) cumprir e fazer cumprir o disposto neste Estatuto Social; (ii) administrar e gerir os assuntos de rotina perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista; (iii) administrar e gerir a cobrança de quaisquer pagamentos devidos à Companhia; (iv) administrar o objeto social da Companhia de acordo com o plano de negócios aprovado; (v) observar o orçamento anual aprovado; (vi) deliberar sobre a criação, transferência e

encerramento de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia no país; (viii) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante quaisquer terceiros, incluindo repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais; (ix) apresentar, anualmente, nos 3 (três) meses seguintes ao encerramento do exercício social, à apreciação dos acionistas, o seu relatório e demais documentos pertinentes às contas do exercício social, bem como proposta para destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos, observadas as imposições legais e o que dispõe este Estatuto Social; e (x) cumprir as demais atribuições que lhe sejam estabelecidas pelos acionistas da Companhia ou pelo Conselho de Administração da Companhia. **Artigo 20.** A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante órgãos ou repartições públicas federais, estaduais e municipais ou quaisquer terceiros, bem como a assinatura de escrituras, cheques, ordens de pagamento, contratos em geral e quaisquer outros documentos ou a prática de quaisquer atos que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia ou exonerem terceiros de obrigação para com a Companhia; incumbirão, serão obrigatoriamente realizados: (i) por 2 (dois) Diretores, agindo sempre em conjunto; (ii) por qualquer Diretor, agindo em conjunto com 1 (um) procurador com poderes específicos, constituído conforme previsto no Parágrafo Único desta Cláusula; (iii) por 2 (dois) procuradores com poderes específicos, agindo sempre em conjunto; ou (iv) por 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador com poderes específicos, exclusivamente para o fim de representação da Companhia em juízo e/ou perante repartições públicas federais, estaduais ou municipais, conforme especificado nos instrumentos de mandato, vedada a outorga de subestabelecimento sem reservas. **Parágrafo Único.** As procurações outorgadas em nome da Companhia serão firmadas por 2 (dois) Diretores e deverão especificar os poderes conferidos, os quais terão validade de, no máximo, 1 (um) ano, exceto as procurações cuja finalidade seja a representação em processos judiciais ou administrativos, que poderão ser por prazo indeterminado. **Capítulo VII. Conselho Fiscal. Artigo 21.** A Companhia terá um Conselho Fiscal composto por, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas da Companhia ou não, o qual não funcionará em caráter permanente e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei. **Parágrafo 1º.** Os membros do Conselho Fiscal, pessoas naturais, residentes no país, legalmente qualificadas, serão eleitos pela Assembleia Geral que deliberar a instalação do órgão, e exercerão seu mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a eleição. **Parágrafo 2º.** (i) Os membros do Conselho Fiscal farão jus à remuneração que lhes for fixada pela Assembleia Geral, se aplicável. **Parágrafo 3º.** Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. **Artigo 22.** O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as atribuições previstas em lei, sendo indelegáveis as funções de seus membros. O Regimento Interno do Conselho Fiscal deverá ser elaborado, discutido e votado por seus membros na primeira reunião convocada após a sua instalação. **Capítulo VIII. Exercício Social, Balanço e Demonstrações Financeiras. Artigo 23.** O exercício social tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparadas de acordo com os prazos e demais condições previstas na legislação aplicável. **Parágrafo Único.** As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas, na forma da legislação aplicável, por auditor independente, devidamente registrado na Comissão de Valores Mobiliários. **Artigo 24.** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. O lucro líquido deverá ser alocado na seguinte forma: (i) 5% (cinco por cento) serão destinados para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; (ii) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão destinados para o pagamento do dividendo obrigatório devido aos acionistas, observadas as demais disposições deste Estatuto Social e a legislação aplicável; e (iii) eventual saldo será distribuído de acordo com a deliberação da assembleia geral. **Parágrafo Único.** A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício social em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% (trinta por cento) do capital social. **Artigo 25.** A Companhia poderá: (i) levantar balanços semestrais e com base nestes declarar dividendos intermediários, à conta do lucro apurado, dos lucros acumulados e da reserva de lucros; (ii) levantar balanços relativos a períodos inferiores a um semestre e distribuir dividendos intercalares, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o artigo 182, parágrafo 1º, da Lei das S.A.; e (iii) creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor do dividendo obrigatório, passando a integrá-los para todos os efeitos legais. **Capítulo IX. Liquidação. Artigo 26.** A Companhia dissolver-se-á nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral, quando for o caso, determinar o modo de liquidação e nomear o Conselho Fiscal e o liquidante que deverão atuar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração. **Capítulo X. Acordo de Acionistas. Artigo 27.** A Companhia observará fielmente o Acordo de Acionistas. **Parágrafo 1º.** O presidente da Assembleia Geral não computará o voto proferido com infração ao Acordo de Acionistas. **Parágrafo 2º.** A Companhia não registrará em seus livros sociais, sendo nula e ineficaz em relação à Companhia, aos acionistas e a terceiros, a alienação ou oeração de ações em violação às disposições do Acordo de Acionistas. **Capítulo XI. Arbitragem. Artigo 28.** Quaisquer disputas, controvérsias, litígios, conflitos ou discrepâncias entre as Partes de qualquer natureza que surgirem em decorrência deste Estatuto ("**Conflito**") serão resolvidos definitivamente por arbitragem administrada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara do Comércio Brasil e Canadá ("**CCBC**"), de acordo com a Lei Federal nº 9.307/96 ("**Lei de Arbitragem**"), e o regulamento de arbitragem da CCBC em vigor na data do pedido de instauração da arbitragem ("**Regulamento**"), com exceção das alterações aqui previstas. A lei aplicável à arbitragem será a lei brasileira e será vedado o julgamento por equidade. (i) A arbitragem será conduzida na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo o Tribunal Arbitral (conforme abaixo definido), motivadamente, designar a realização de atos específicos em outras localidades. A arbitragem será conduzida na língua portuguesa e será sigilosa. (ii) A arbitragem será conduzida por 3 (três) árbitros inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil ("**Tribunal Arbitral**"). A parte reclamante indicará um árbitro e a parte reclamada indicará outro árbitro, nos prazos estabelecidos pela CCBC. O terceiro árbitro, que atuará como presidente do Tribunal Arbitral, bem como os árbitros não indicados pelas partes da arbitragem no prazo estabelecido, deverão ser indicados de acordo com o Regulamento. Quaisquer omissões, recusas, impedimentos, suspeições, litígios, dívidas e faltas de acordo quanto à indicação dos árbitros pelas partes da arbitragem ou à escolha do terceiro árbitro serão dirimidos pela CCBC. Caso qualquer dos 3 (três) árbitros não seja nomeado no prazo previsto no Regulamento, caberá à CCBC nomeá-lo(s), de acordo com o previsto no Regulamento, ficando afastado o dispositivo do Regulamento que limite a escolha de coárbitro ou presidente do Tribunal Arbitral à lista de árbitros da CCBC. Os procedimentos previstos neste item também se aplicarão aos casos de substituição de árbitro. (iii) Na hipótese de arbitragem envolvendo 3 (três) ou mais partes em que (i) estas partes não se reúnam em apenas dois grupos de requerentes ou requeridas; ou (ii) as partes reunidas em um mesmo grupo de requerentes ou requeridas não cheguem a um consenso sobre a indicação do respectivo coárbitro, todos os árbitros serão nomeados pela CCBC, nos termos do Regulamento, salvo acordo de todas as partes da arbitragem em sentido diverso. (iv) Qualquer das partes da arbitragem poderá requerer medida liminar ou cautelar ao Poder Judiciário, em caso de urgência e antes da constituição do Tribunal Arbitral, não podendo esta disposição ser considerada inconsistente com ou como renúncia a qualquer das disposições contidas neste Estatuto. Para tal finalidade, fica eleita a cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com a renúncia de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja. (v) A sentença arbitral será proferida por escrito, indicará suas razões e fundamentos, e será final, vinculante e exequível contra as partes da arbitragem de acordo com seus termos, não se exigindo homologação judicial nem cabendo qualquer recurso contra ela, ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos ao Tribunal Arbitral previstos no artigo 30 da Lei de Arbitragem e eventual ação anulatória fundada no artigo 32 da Lei de Arbitragem. A sentença arbitral será tida pelas partes da arbitragem como solução do Conflito, as quais deverão aceitar tal sentença arbitral como a verdadeira expressão de sua vontade em relação ao Conflito. O Tribunal Arbitral poderá conceder qualquer medida disponível e apropriada conforme a lei brasileira. O Tribunal Arbitral alocará entre as partes da arbitragem, conforme os critérios da sucumbência, razoabilidade e proporcionalidade, o pagamento e o reembolso (i) das taxas e demais valores devidos, pagos ou reembolsados à CCBC, (ii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos árbitros, (iii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos peritos, tradutores, intérpretes, estenotipistas e outros auxiliares eventualmente designados pelo Tribunal Arbitral, (iv) dos honorários contratuais ou qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária a seus advogados, assistentes técnicos, tradutores, intérpretes e outros auxiliares, e (v) de eventual indenização por litigância de má-fé. O Tribunal Arbitral não condenará qualquer das partes da arbitragem a pagar ou reembolsar (i) honorários advocatícios de sucumbência e (ii) qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária com relação à arbitragem, a exemplo de despesas com fotocópias, autenticações, consultorias e despesas de viagens. A execução da sentença arbitral será feita na comarca da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Capítulo XII. Disposições Gerais. Artigo 29.** Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das S.A., observado o disposto no Acordo de Acionistas.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 10/12/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



agências de eventuais acordos de acionistas, se houver; e (iv) exercer a supervisão geral de todos os negócios da Companhia, coordenando e orientando essas atividades. **Artigo 14º.** A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, mediante convocação de qualquer um dos Diretores. **Parágrafo Primeiro.** As reuniões da Diretoria são instaladas com a presença de, pelo menos, a maioria de seus membros, devendo ser escolhido pelo Presidente da reunião um Secretário da reunião, não havendo necessidade de que tal Secretário seja membro da Diretoria. **Parágrafo Segundo.** Nas reuniões, a Diretoria delibera por maioria de votos, cabendo a cada Diretor um voto. **Parágrafo Terceiro.** As atas das reuniões da Diretoria serão lavradas em livro próprio, permitida a utilização de sistema mecanizado. **Artigo 15º.** A Companhia somente será considerada obrigada se representada da seguinte forma: a) por 2 (dois) diretores em conjunto, sendo, necessariamente, um deles um Diretor A; ou b) por 1 (um) diretor em conjunto com 1 (um) procurador, com poderes especiais e devidamente constituído na forma prevista no parágrafo primeiro abaixo; ou c) por 2 (dois) procuradores, com poderes especiais e devidamente constituído na forma prevista no parágrafo primeiro abaixo; ou d) um procurador, com poderes específicos, nas procurações ad judicio ou nos atos de rotina ou mero expediente junto a órgãos ou repartições públicas, tais como Receita Federal do Brasil, Juntas Comerciais, autarquias, secretarias e concessionárias públicas e demais órgãos componentes da administração pública direta ou indireta visando à obtenção de certidões, atualização de dados cadastrais, cumprimento de obrigações acessórias, dentre outros atos que não representem assunção de obrigações pela Companhia.

Parágrafo Primeiro. As procurações serão sempre outorgadas em nome da Companhia por 2 (dois) Diretores em conjunto, sendo sempre um Diretor A, e terão prazo de validade limitado ao máximo de um ano, exceto pelas procurações ad judicio, que podem ter prazo de duração superior a um ano ou mesmo indeterminado. Presumir-se-ão outorgadas pelo prazo de um ano, as procurações outorgadas sem período especificado.

Parágrafo Segundo. A Assembleia Geral poderá autorizar expressamente a prática de outros atos que vinculem a Companhia por apenas um dos membros da Diretoria ou um procurador, ou ainda, pela adoção de critérios de limitação de competência, restringir, em determinados casos, a representação da Companhia a apenas um Diretor ou um procurador. **Capítulo V – do Conselho Fiscal: Artigo 16º.** O Conselho Fiscal da Companhia, com as atribuições estabelecidas em lei, será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros e igual número de suplentes. **Parágrafo Primeiro.** O Conselho Fiscal não funcionará em caráter permanente e somente será instalado mediante convocação dos acionistas, de acordo com as disposições legais. **Parágrafo Segundo.** O Conselho Fiscal terá um Presidente, eleito pela Assembleia Geral. **Parágrafo Terceiro.** Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para um mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição. **Parágrafo Quarto.** Os membros do Conselho Fiscal serão investidos em seus cargos mediante a assinatura de termo de posse lavrado no respectivo livro de registro de atas das Reuniões do Conselho Fiscal. **Parágrafo Quinto.** Em caso de vaga, renúncia, impedimento ou ausência injustificada a duas reuniões consecutivas, será o membro do Conselho Fiscal substituído, até o término do mandato, pelo respectivo suplente. **Parágrafo Sexto.** Em caso de impedimento ou vacância permanente no cargo de um dos membros do Conselho Fiscal, e sem que haja suplente a substituir, caberá ao Presidente do Conselho Fiscal imediatamente convocar a Assembleia Geral da Companhia para eleger um novo membro efetivo do Conselho Fiscal e respectivo suplente, para preencher o cargo e completar o mandato do membro impedido ou vacante. **Capítulo VI – do Exercício Social e Demonstrações Financeiras: Artigo 17º.** O exercício social iniciar-se-á em 01 de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na legislação aplicável. **Parágrafo Primeiro.** Ao fim de cada exercício social, a administração fará elaborar, com observância dos preceitos legais pertinentes, as seguintes demonstrações financeiras, sem prejuízo de outras demonstrações exigidas por lei: (i) balanço patrimonial; (ii) demonstração das mutações do patrimônio líquido; (iii) demonstração do resultado do exercício; e (iv) demonstração dos fluxos de caixa. **Parágrafo Segundo.** As demonstrações financeiras anuais da Companhia deverão ser auditadas por auditores independentes devidamente registrados na Comissão de Valores Mobiliários. **Parágrafo Terceiro.** Fará parte das demonstrações financeiras do exercício a proposta da Administração sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, em observância do disposto nesta Lei e no Regulamento da Companhia. **Parágrafo Quarto.** A Administração poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores, e distribuir dividendos ou constituir reservas com base nos mesmos, observadas as disposições e limitações legais aplicáveis. **Artigo 18º.** O lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação: (i) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito; (ii) constituição de reserva para contingências, se proposto pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral; (iii) pagamento de dividendo obrigatório, nos termos do Artigo 19º deste Estatuto Social; (iv) retenção de reserva de lucros com base em orçamento de capital, se proposto pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral; e (v) o saldo do lucro líquido será objeto de distribuição de dividendos conforme proposto em deliberação da Assembleia Geral. **Artigo 19º.** Os acionistas terão o direito a receber, em cada exercício, a título de dividendo obrigatório, 25% (vinte e cinco por cento) do saldo do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das S.A. **Parágrafo Primeiro.** Sempre que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria poderá propor, e a Assembleia Geral aprovar, destinar o excedente à constituição de reserva de lucros a realizar. **Parágrafo Segundo.** A Assembleia Geral poderá atribuir aos administradores uma participação nos lucros, observados os limites legais pertinentes. **Artigo 20º.** A Diretoria poderá deliberar o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, sendo que os valores correspondentes aos juros sobre capital próprio poderão ser imputados ao dividendo obrigatório. **Capítulo VI – da Prática de Atos Ultra Vires: Artigo 21º.** E expressamente vedado e será nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer acionista, administrador, procurador ou funcionário da Companhia que envolva em obrigações relativas a negócios e operações estranhas ao objeto social, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, se for o caso, a que esteja sujeito o infrator deste dispositivo. **Capítulo VIII – da Liquidação da Companhia: Artigo 22º.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em Lei, que se processará de acordo com a deliberação da Assembleia Geral, competindo-lhe, também, eleger o liquidante e o Conselho Fiscal. **Capítulo IX – da Arbitragem: Artigo 23º.** Previamente à arbitragem, os Acionistas enviarão seus melhores esforços para solucionar, com boa-fé e segundo seus interesses mútuos, toda e qualquer controvérsia, litígio, disputa ou reclamação resultantes, relativos ou conexos a este Estatuto Social, incluindo qualquer impugnação relativa à sua existência, validade, interpretação, cumprimento, descumprimento ou exequibilidade (“Controvérsia”). **Artigo 24º.** No caso de Controvérsia não solucionada de modo amigável, esta será resolvida de forma final, exclusiva e definitiva, por arbitragem, administrada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (“CAM-CCBC”), de acordo com seu regulamento de arbitragem (“Regulamento”) e com a Lei 9.307/96. **Parágrafo Primeiro.** O tribunal arbitral será composto por 3 (três) árbitros, dos quais um será nomeado pela(s) requerente(s) e um pela(s) requerida(s). O terceiro árbitro, que atuará como presidente do tribunal arbitral será escolhido em conjunto pelos árbitros nomeados pelas partes. Caso uma parte deixe de indicar um árbitro ou caso os 2 (dois) árbitros indicados pelas partes não cheguem a um consenso quanto à indicação do terceiro nos termos do Regulamento, as nomeações faltantes serão feitas pelo CAM-CCBC. **Parágrafo Segundo.** Na hipótese de procedimentos arbitrais envolvendo três ou mais partes em que estas não possam ser reunidas em blocos de requerentes e requeridas, todas as partes, em conjunto, nomearão dois árbitros dentro de 15 (quinze) dias a partir do recebimento pelas partes da última notificação do CAM-CCBC nesse sentido. O terceiro árbitro, que atuará como presidente do tribunal arbitral será escolhido pelos árbitros nomeados pelas partes dentro de 15 (quinze) dias a partir da aceitação do encargo pelo último árbitro ou, caso isso não seja possível por qualquer motivo, pelo presidente do CAM-CCBC. Caso as partes não nomeiem conjuntamente os dois árbitros, todos os membros do tribunal arbitral serão nomeados pelo presidente da CAM-CCBC, que designará um deles para atuar como presidente. **Parágrafo Terceiro.** O sede da arbitragem será a cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. **Parágrafo Quarto.** A arbitragem será conduzida de acordo com o Regulamento da CAM-CCBC. O Direito brasileiro. **Parágrafo Quarto.** As partes poderão pleitear medidas cautelares e de urgência ao Poder Judiciário antes da constituição do tribunal arbitral. A partir de sua constituição, todas as medidas cautelares ou de urgência deverão ser pleiteadas diretamente ao tribunal arbitral, podendo manter, revogar ou modificar tais medidas anteriormente requeridas ao Poder Judiciário. **Parágrafo Quinto.** Medidas cautelares e de urgência, quando aplicáveis, e ações de execução poderão ser pleiteadas e propostas, à escolha das partes, na comarca onde estejam o domicílio ou os bens de qualquer das partes, ou na comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. Para quaisquer outras medidas judiciais, fica eleito exclusivamente a comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. O requerimento de qualquer medida judicial não será considerado uma renúncia aos direitos previstos nesta cláusula ou à arbitragem como o único método de solução de Controvérsias entre as partes. **Parágrafo Sexto.** Antes da assinatura do termo de arbitragem, o CAM-CCBC poderá consolidar procedimentos arbitrais simultâneos nos termos do Regulamento. Após a assinatura do termo de arbitragem, o tribunal arbitral poderá consolidar procedimentos arbitrais simultâneos fundados neste ou em qualquer outro instrumento firmado entre as partes, desde que tais procedimentos digam respeito à mesma realidade jurídica e as cláusulas compromissórias sejam compatíveis. A competência para consolidação será do primeiro tribunal arbitral constituído, e sua decisão será vinculante a todas as partes. **Artigo 25º.** As divergências entre acionistas e a Companhia ou entre os acionistas serão solucionadas de forma amigável no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da manifestação por escrito de uma parte a outra. As divergências que não puderem ser solucionadas de forma amigável serão solucionadas, exclusiva e definitivamente, por arbitragem nos termos da Lei 9.307/96. **Capítulo IX – das Disposições Gerais: Artigo 26º.** Os casos omissos ou duvidosos deste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral, e a eles aplicando-se as disposições legais vigentes. **Artigo 27º.** É garantido a qualquer acionista o acesso a contratos firmados pela Companhia com partes a ela relacionadas, incluindo acionistas e administradores, bem como acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia. **Artigo 28º.** No caso de abertura de seu capital, a Companhia aderirá a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos na Instrução CVM nº 578, de 30 de agosto de 2016, conforme alterada. **Artigo 29º.** O presente Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral.



RCB Investimentos S.A.

CNPJ nº 08.823.301/0001-27 - NIRE 35.300.341.856 ("Companhia")
Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de outubro de 2024
1. Data, Horário e Local: realizada em 30 de outubro de 2024, às 9:00h (nove horas), por videoconferência (Microsoft Teams). **2. Convocação e Presença:** Presentes todos os membros em exercício do Conselho de Administração da Companhia, em razão do que fica dispensada a exigência de convocação, nos termos do parágrafo segundo do art. 14 do Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Alexandre do Rosário Nobre; Secretário: Renato Proença Prudente de Toledo. **4. Ordem do Dia:** Discutir e deliberar sobre a assinatura e celebração de determinados documentos pela Companhia e/ou por suas subsidiárias, **RCB Portfólios Ltda.** (CNPJ/MF nº 23.782.291/0001-12) ("RCB") e **Itapeva Recuperação de Créditos Ltda.**, (CNPJ/MF nº 09.154.383/0001-27) ("IRC", e, em conjunto com a RCB, as "Subsidiárias"). **5. Deliberações:** Instalada a Reunião, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: **5.1. Aprovar** a assinatura e celebração dos seguintes documentos pela Companhia e/ou por suas Subsidiárias, na qualidade de parte e/ou interveniente-anuente: **(i) Investors' Operational Agreement** a ser celebrado entre BRL-BRL Fundo de Investimento Multimercado-Crédito Privado Investimento no Exterior (CNPJ/MF nº 32.471.636/0001-08) ("BRL", CSHG Solow Fundo de Investimento Multimercado - Crédito Privado Investimento no Exterior (CNPJ/MF nº 27.500.620/0001-46) ("CSHG Solow"), CSHG Mondrian Fundo de Investimento Multimercado - Crédito Privado Investimento no Exterior (CNPJ/MF nº 27.500.639/0001-92) ("CSHG Mondrian") e Nova Paiol Participações Ltda. (CNPJ/MF nº 04.278.130/0001-41) ("Nova Paiol"), como partes e Itapeva X Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade limitada (CNPJ/MF nº 22.443.425/0001-08) ("Itapeva X"), Itapeva XI Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade limitada (CNPJ/MF nº 30.366.204/0001-01) ("Itapeva XI"), Itapeva XII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada (CNPJ/MF nº 30.366.229/0001-05) ("Itapeva XII"), PRA Holding V, LLC (sociedade estrangeira com CNPJ nº 47.596.976-0001/32) ("PRA"), Alexandre do Rosário Nobre (CPF nº 265.011.088-02) ("Alexandre"), Renato Proença Prudente de Toledo (CPF nº 325.781.108-08) ("Renato"), Banco Bradesco S.A. (CNPJ/MF nº 60.746.948/0001-12) ("Bradesco"), a Companhia, as Subsidiárias e a Banvox Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (CNPJ/MF nº 02.671.743/0001-19) ("Banvox"), como intervenientes-anuentes; **(ii) Contrato de Prestação de Serviços e Outras Avenças** a ser celebrado entre as Subsidiárias e a GAR Investimentos e Participações Ltda. (CNPJ nº 57.104.850/0001-57), a Companhia e o Bradesco Holding de Investimento S.A. (CNPJ nº 50.991.421/0001-08); **(iii) Décimo Aditamento ao Contrato Global de Prestação de Serviços de Cobrança de Direitos de Crédito e Outras Avenças** a ser celebrado entre a Itapeva X e as Subsidiárias, referente ao "Contrato Global de Prestação de Serviços de Cobrança de Direitos de Crédito e Outras Avenças" datado de 15 de dezembro de 2020; **(iv) Décimo Oitavo Aditamento ao Contrato Global de Prestação de Serviços de Cobrança de Direitos de Crédito e Outras Avenças** a ser celebrado entre a Itapeva XI e as Subsidiárias, referente ao "Contrato Global de Prestação de Serviços de Cobrança de Direitos de Crédito e Outras Avenças" datado de 26 de setembro de 2019; **(v) Quinto Aditamento ao Contrato Global de Prestação de Serviços de Cobrança de Direitos de Crédito e Outras Avenças** a ser celebrado entre a Itapeva XII e as Subsidiárias, referente ao "Contrato Global de Prestação de Serviços de Cobrança de Direitos de Crédito e Outras Avenças" datado de 21 de dezembro de 2018; **(vi) Primeiro Aditamento ao Contrato de Prestação de Serviços** a ser celebrado entre a PRA Group Brasil - Empreendimentos e Participações Ltda. (CNPJ/MF nº 33.253.452/0001-34) e a RCB, referente ao "Contrato de Prestação de Serviços" datado de 13 de dezembro de 2019; **(vii) Contrato de Permissão de Acesso de Conta Bancária e Outras Avenças** a ser celebrado entre Banvox Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (CNPJ/MF nº 02.671.743/0001-19) ("Banvox"), BRL, CSHG Mondrian, CSHG Solow e Nova Paiol como partes, e Itapeva X e RCB como intervenientes-anuentes; **(viii) Contrato de Permissão de Acesso de Conta Bancária e Outras Avenças** a ser celebrado entre Banvox, BRL, CSHG Mondrian, CSHG Solow e Nova Paiol como partes, e Itapeva XI e RCB como intervenientes-anuentes; **(ix) Contrato de Permissão de Acesso de Conta Bancária e Outras Avenças** a ser celebrado entre Banvox, BRL, CSHG Mondrian, CSHG Solow e Nova Paiol como partes, e Itapeva XII e RCB como intervenientes-anuentes; **(x) Instrumento de Distrato e Quitação Geral de Contrato e Outras Avenças** a ser celebrado entre a Itapeva X e as Subsidiárias, referente ao "Contrato de Prestação de Serviços de Apoio e Fomento à Cobrança Especializada", datado de 18 de setembro de 2020; **(xi) Instrumento de Distrato e Quitação Geral de Contrato e Outras Avenças** a ser celebrado entre a Itapeva XI e as Subsidiárias, referente ao "Contrato de Prestação de Serviços de Apoio e Fomento à Cobrança Especializada", datado de 11 de outubro de 2019; **(xii) Instrumento de Distrato e Quitação Geral de Contrato e Outras Avenças** a ser celebrado entre a Itapeva XII e as Subsidiárias, referente ao "Contrato de Prestação de Serviços de Apoio e Fomento à Cobrança Especializada", datado de 4 de maio de 2020; **(xiii) Instrumento de Distrato e Quitação Geral de Contrato e Outras Avenças** a ser celebrado entre a Itapeva X e as Subsidiárias, referente ao "Contrato de Prestação de Serviços de Gestão de Contencioso Passivo", datado de 18 de setembro de 2020; **(xiv) Instrumento de Distrato e Quitação Geral de Contrato e Outras Avenças** a ser celebrado entre a Itapeva XI e as Subsidiárias, referente ao "Contrato de Prestação de Serviços de Gestão de Contencioso Passivo", datado de 1 de outubro de 2019; e **(xv) Instrumento de Distrato e Quitação Geral de Contrato e Outras Avenças** a ser celebrado entre a Itapeva XII e as Subsidiárias, referente ao "Contrato de Prestação de Serviços de Gestão de Contencioso Passivo", datado de 1 de maio de 2020; **(xvi) Instrument of Termination and General Discharge of Agreement and Other Covenants** a ser celebrado entre Alexandre, Renato, BRL e Bradesco Holding de Investimentos S.A. (CNPJ/MF nº 50.991.421/0001-08) como partes e Itapeva X, Itapeva XI, Itapeva XII, PRA, a Companhia, as Subsidiárias, Banvox e o Bradesco como intervenientes-anuentes, referente ao "Investors' Operational Agreement" celebrado entre as partes acima em 20 de dezembro de 2018. **5.2. Autorizar** os diretores e/ou procuradores da Companhia a assinarem todos os documentos e praticarem todos os atos que venham a ser necessários para a implementação das deliberações aprovadas no item 5.1. acima. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Reunião, da qual se lavrou a presente ata que foi lida, aprovada e assinada pelos membros da Mesa e pelos membros do Conselho de Administração. **7. Assinaturas:** Mesa: Presidente - Sr. Alexandre do Rosário Nobre; Secretário - Sr. Renato Proença Prudente de Toledo. **Conselheiros presentes:** Alexandre do Rosário Nobre, André Luis Duarte de Oliveira, Edson Marcelo Moreto, Júlio Cardoso Paixão, Marcos Bavier Marcos, Pedro Lins Meira Quintão e Renato Proença Prudente de Toledo. Confere com a original lavrada em livro próprio. São Paulo, 30 de outubro de 2024. JUCESP nº 430.695/24-0 em 29/11/2024. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral em Exercício.

Companhia Brasileira de Cartuchos

CNPJ/MF nº 57.494.031/0001-63 – NIRE 35.300.025.083
Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária
São convocados os acionistas da Companhia Brasileira de Cartuchos, na forma da lei, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada às 08 horas do dia 18 de dezembro de 2024, na sede da Companhia localizada na Avenida Humberto de Campos, nº 3.220, Bairro Boinópolis, CEP 09426-900, na Cidade de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(a)** Deliberar sobre a ratificação da decisão da diretoria executiva, com base no Artigo 21, parágrafo único, do Estatuto Social da Companhia, para a outorga de garantia fidejussória, na modalidade de fiança ("Fiança"), pela Companhia, de forma solidária, sem divisão, limitação ou benefício de ordem e em conjunto com os demais fiadores, quais sejam: (i) a OAK Participações Ltda. ("OAK") e (ii) a CBC Brasil Comércio e Distribuição Ltda. ("CBC Brasil") (sendo a Companhia, a CBC Brasil e a OAK em conjunto denominada "Fiadoras"), em favor da (a) XP Comercializadora de Energia S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 34.475.373/0001-30 ("XP Comercializadora") e da (b) XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.332.886/0001-04 ("XP Corretora"), de forma a garantir: (1) o valor total de todas as obrigações pecuniárias, acessórias e moratórias, presente e futuras, no seu vencimento original ou antecipado, inclusive decorrentes de juros, multas, taxas, tributos, penalidades, indenizações, assumidas pelas Afiançadas (conforme abaixo definido) no âmbito: (1.a) dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica ("CCVEs"), a serem celebrados entre: Nova Iguaçu Energia e Gás Renovável Ltda. ("Nova Iguaçu"), Energia Catanduva São Gonçalo Energia Gás Renovável Ltda. ("Energia Catanduva"), SPE Tremembé Energia Ltda. ("SPE Tremembé"), Valorgas SPE Ltda. ("Valorgas SPE") e Valorgás Energia e Biogas SPE ("Valorgas Biogas" e, em conjunto com a Nova Iguaçu, Energia Catanduva, SPE Tremembé, Valorgas SPE e Valorgas Biogas, denominadas como "SPEs") e a XP Comercializadora, sendo que em parte dos CCVEs, a XP Comercializadora figurará como "compradora" e, em outra parte, a XP Comercializadora figurará como "vendedora", sendo certo que nos CCVEs em que a XP Comercializadora figurará como "compradora" é previsto e acordado o pagamento integral antecipado dos referidos CCVEs ("Pré-pagamento"), pela XP Comercializadora; e (1.b) do contrato de operação(ões) de derivativos e confirmação(ões) de operação(ões) de derivativos ("Contrato(s) de Derivativos"), a ser(em) celebrado(s) entre a GN Verde Participações S.A. ("GN Verde" e, em conjunto com as SPEs, as "Afiançadas") e a XP Corretora; bem como (2) todos os custos e despesas decorrentes da constituição, manutenção, realização, consolidação e excussão da Fiança, incluindo penas convencionais, honorários advocatícios, custas e despesas judiciais ou extrajudiciais, bem como tributos, taxas e comissões, assumidas pelas Afiançadas no âmbito dos respectivos documentos, bem como todos os custos e despesas decorrentes da constituição, manutenção, realização, consolidação e excussão da Fiança ("Obrigações Afiançadas" e "Operação Fiança", respectivamente). Ribeirão Pires, 09 de dezembro de 2024. **Fabio Luiz Munhoz Mazzaro – Diretor Presidente; Sandro Moraes Nogueira – Diretor Administrativo e Financeiro.** (07, 10 e 11/12/2024)

CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.

CNPJ/MF nº 30.498.377/0001-83 – NIRE 35.300.519.973
Ata de Reunião Ordinária do Conselho de Administração realizada em 12 de novembro de 2024. Lavrada na forma de Sumário.
1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 12 de novembro de 2024, às 15h, por meio eletrônico e presencial, na sede da **CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.** ("Companhia"), nos termos da IN/DREI nº 81/20, conforme alterada. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia ("Conselho"), nos termos do artigo 124, parágrafo 4º da Lei nº 6.404/76. **3. Mesa:** Carlos Eduardo Andreoni Ambrósio, nos termos do Presidente e Daniel Corrêa de Miranda, como Secretário. **4. Ordem do Dia:** Analisar, discutir e aprovar: **(i)** Política de Recursos Humanos; **(ii)** Plano de Trabalho de Auditoria Interna – 2025-2027; **(iii)** Regimento Interno da Estrutura de Fiscalização e Supervisão; **(iv)** Programa Anual de Trabalho 2025 da Diretoria de Fiscalização e Supervisão; **(v)** Regimento Interno da Auditoria Interna; **(vi)** Política de Gestão de Continuidade de Negócios; **(vii)** Plano de Continuidade de Negócios e Recuperação de Desastres; **(viii)** Orçamento para Programa Individual de Participação nos Resultados (PPR) incluindo a provisão do pool de R\$ 12.500.000,00 para distribuição no programa. **5. Deliberações:** Após apresentar atualizações gerais sobre a Companhia, foi discutida a matéria da ordem do dia e apresentadas as informações gerais e relevantes sobre a matéria discutida, os membros presentes do Conselho de Administração, por unanimidade de votos, deliberaram pela aprovação de todos os pontos. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, da qual se lavrou a presente Ata que foi lida, achada conforme e aprovada por todos os conselheiros e assinada de forma eletrônica, nos termos do artigo 10, parágrafo 2º da Medida Provisória 2.200-1/01. (A presente Ata é cópia fiel do documento original lavrado em livro próprio) São Paulo, 12 de novembro de 2024. Carlos Eduardo Andreoni Ambrósio; Edívar Vilela de Queiroz Filho; Daniel Mendonça Pareto; Luis Otavio Saliba Furtado; Marco Racy Kheirallah; Norberto Lanzara Giangrande Júnior; Vivian Yu Wai Yiu; Daniel Corrêa de Miranda Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 432.028/24-9 em 02/12/2024. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral em Exercício.

Imaribo Florestal S.A.

CNPJ/MF nº 21.344.562/0001-22 – NIRE 35.300.626.401
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 5 de dezembro de 2024
1. Data, Hora e Local: Em 5 de dezembro de 2024, às 10 horas, na sede social da Imaribo Florestal S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Jerônimo da Veiga, nº 164, conjunto 16-F Parte, CEP 04536-900. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Presidente; Fernando Ribeiro Fortes Abucham, e pelo Secretário; Marcelo Maris Sales. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** a lavratura da ata de Assembleia na forma de sumário, nos termos do Art. 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76; **(ii)** a redução do capital social da Companhia em R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), com consequente cancelamento de 10.000.000 (dez milhões) de ações subscritas e integralizadas da Companhia; **(iii)** em decorrência do item anterior, a alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; e **(iv)** a autorização para a Diretoria da Companhia tomar todas as medidas necessárias para efetivação da ordem do dia. **4. Deliberações:** Analisada e debatida a ordem do dia, a acionista da Companhia aprovou, por unanimidade e sem ressalvas o quanto segue: **4.1.** A lavratura da ata de Assembleia na forma de sumário, como faculta o parágrafo 1º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76; **4.2.** A redução do capital da Companhia em R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), por considerá-lo excessivo ao seu objeto social em conformidade com o artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações, passando dos atuais R\$ 248.246.080,00 (duzentos e quarenta e oito milhões, duzentos e quarenta e seis mil e oitenta reais), dividido em 248.246.080 (duzentas e quarenta e oito milhões, duzentas e quarenta e seis mil e oitenta) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal **para** R\$ 238.246.080,00 (duzentos e trinta e oito milhões, duzentos e quarenta e seis mil e oitenta reais), dividido em 238.246.080 (duzentas e trinta e oito milhões, duzentas e quarenta e seis mil e oitenta) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, mediante a restituição do valor integral à acionista Austral II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. **4.3.** Em razão da aprovação do item anterior, a alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 5º – O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$238.246.080,00 (duzentos e trinta e oito milhões, duzentos e quarenta e seis mil e oitenta reais), dividido em 238.246.080 (duzentas e quarenta e oito milhões, duzentas e quarenta e seis mil e oitenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal."** **4.4.** A autorização para a diretoria da Companhia a tomar todas as medidas necessárias à efetivação das deliberações ora aprovadas. A redução de capital se tornará efetiva e o pagamento aos acionistas será realizado apenas após o decurso do prazo de 6- (sessenta) dias após a publicação da ata da Assembleia Geral Extraordinária para oposição de credores quirográficos, sem que tenham sido apresentada oposição aos credores quirográficos a essa deliberação ou, se tiver havido oposição, mediante a prova do pagamento ou depósito judicial dos valores devidos a tais credores. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações e depois de lida e aprovada, foi por todos os presentes assinada. **6. Assinaturas:** Mesa: Fernando Ribeiro Fortes Abucham (Presidente), e o Marcelo Maris Sales (Secretário). **Acionista Presente:** Austral II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. A presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 5 de dezembro de 2024. **Mesa: Fernando Ribeiro Fortes Abucham – Presidente; Marcelo Maris Sales Secretário. Acionista Presente: Austral II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, p. Copa Gestão de Investimentos Ltda. **Fernando Ribeiro Fortes Abucham – Diretor; Marcelo Maris Sales – Diretor.**

Araucaria Propriedades Rurais e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 54.212.190/0001-30 – NIRE 35.300.633.687
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 5 de dezembro de 2024
1. Data, Hora e Local: Em 5 de dezembro de 2024, às 11 horas, na sede social da Araucaria Propriedades Rurais em Participações S.A. ("Companhia"), na Cidade do São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Jerônimo da Veiga, nº 164, conjunto 16-C Parte, CEP 04536-900. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Presidente; Marcelo Maris Sales, e pelo Secretário; Fernando Ribeiro Fortes Abucham. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** a lavratura da ata de Assembleia na forma de sumário, nos termos do Art. 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76; **(ii)** a redução do capital social da Companhia em R\$ 6.199.000,00 (seis milhões, cento e noventa e nove mil) com o consequentemente cancelamento de 6.199.000 (seis milhões, cento e noventa e nove mil) ações de emissão da Companhia, das quais 6.000.000 (seis milhões) encontram-se integralizadas e 199.000 (cento e noventa e nove mil) ainda não foram integralizadas; **(iii)** em decorrência do item anterior, alterar o caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; e **(iv)** a autorização para a Diretoria da Companhia tomar todas as medidas necessárias para efetivação da ordem do dia. **5. Deliberações:** Analisada e debatida a ordem do dia, a acionista da Companhia aprovou, por unanimidade e sem ressalvas o quanto segue: **5.1.** A lavratura da ata de Assembleia na forma de sumário, como faculta o parágrafo 1º do artigo 130 da Lei nº 6.404/76; **5.2.** A redução do capital social da Companhia em R\$ 6.199.000,00 (seis milhões, cento e noventa e nove mil reais), com o consequentemente cancelamento de 6.199.000 (seis milhões cento e noventa e nove mil) de ações da Companhia, das quais 6.000.000 (seis milhões) encontram-se integralizadas e 199.000 (cento e noventa e nove mil) ainda não foram integralizadas, por considerá-lo excessivo ao seu objeto social em conformidade com o artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações, portanto, passando dos atuais R\$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais) divididos em 16.000.000 (dezesseis milhões) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal **para** R\$ 9.801.000,00 (nove milhões, oitocentos e um mil reais), dividido em 9.801.000 (nove milhões, oitocentas e uma mil) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, mediante a restituição de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) à acionista Austral II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. **5.3.** Em razão da aprovação dos itens anteriores, a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 5º – O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 9.801.000,00 (nove milhões, oitocentos e um mil reais), dividido em 9.801.000,00 (nove milhões, oitocentas e uma mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal"** **5.4.** Autorizar a diretoria da Companhia a tomar todas as medidas necessárias à efetivação das deliberações ora aprovadas. A redução de capital se tornará efetiva e o pagamento aos acionistas será realizado apenas após o decurso do prazo de 60 (sessenta) dias após a publicação da ata da Assembleia Geral Extraordinária para oposição de credores quirográficos, sem que tenham sido apresentada oposição aos credores quirográficos a essa deliberação ou, se tiver havido oposição, mediante a prova do pagamento ou depósito judicial dos valores devidos a tais credores. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações e depois de lida e aprovada, foi por todos os presentes assinada. **6. Assinaturas:** Mesa: Marcelo Maris Sales (Presidente), e o Fernando Ribeiro Fortes Abucham (Secretário). Acionista: Austral II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. A presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 5 de dezembro de 2024. **Mesa: Marcelo Maris Sales – Presidente; Fernando Ribeiro Fortes Abucham – Secretário. Acionista Presente: Austral II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia;** Copa Gestão de Investimentos Ltda. Fernando Ribeiro Fortes Abucham e Marcelo Maris Sales.

Astra S.A. Indústria e Comércio

CNPJ nº 50.949.528/0001-80
Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária
Ficam convocados os senhores acionistas da **Astra S.A. Indústria e Comércio**, para reunirem-se em AGE, no dia 16 de dezembro de 2024, às 14 horas, na sede social na Rua Colégio Florence, nº 59, Jundiaí, Estado de São Paulo, a fim de tratar o seguinte assunto: **a)** Deliberar sobre pagamento de juros sobre capital próprio. Jundiaí, 07 de dezembro de 2024. **Ana Oliva Bologna**, Presidente do Conselho de Administração. (06, 07 e 10/12/2024)

GP Partnership S.A.

CNPJ nº 50.014.464/0001-25 - NIRE 35300611471
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária
Ficam convocados os senhores acionistas da **GP Partnership S.A. ("Companhia")** a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se aos 16 dias de dezembro de 2024, às 12:00 horas, na sede da Companhia, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Av. Copacabana, 325, 21º andar, sala 2106, Dezoito do Forte/Alphaville CEP 06.472-001, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia **(a)** exercício da Opção de Compra, pela Companhia, de ações preferenciais de sua emissão; **(b)** cancelamento das ações preferenciais objeto da Opção de Compra mencionada no item "a". Barueri, 06 de dezembro de 2024. **Thiago Lolkus Nigro**, Presidente do Conselho de Administração. (07, 10 e 11/12/2024)

GP Partnership S.A.

CNPJ nº 50.014.464/0001-25 - NIRE 35300611471
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária
Ficam convocados os senhores acionistas da **GP Partnership S.A. ("Companhia")** a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se aos 16 dias de dezembro de 2024, às 15:00 horas, na sede da Companhia, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Av. Copacabana, 325, 21º andar, sala 2106, Dezoito do Forte/Alphaville CEP 06.472-001, a fim de deliberarem sobre a distribuição de dividendos intermediários apurados com base no balanço patrimonial de dezembro de 2024. Barueri, 06 de dezembro de 2024. **Thiago Lolkus Nigro**, Presidente do Conselho de Administração. (07, 10 e 11/12/2024)

GP Partnership S.A.

CNPJ nº 50.014.464/0001-25 - NIRE 35300611471
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária
Ficam convocados os senhores acionistas da **GP Partnership S.A. ("Companhia")** a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se aos 16 dias de dezembro de 2024, às 10:00 horas, na sede da Companhia, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Av. Copacabana, 325, 21º andar, sala 2106, Dezoito do Forte/Alphaville CEP 06.472-001, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(a)** exame, discussão e aprovação das contas da administração, das demonstrações financeiras e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2023, disponíveis aos acionistas na sede da Companhia; e **(b)** deliberação sobre a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31.12.2023. Barueri, 06 de dezembro de 2024. **Thiago Lolkus Nigro**, Presidente do Conselho de Administração. (07, 10 e 11/12/2024)

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 10/12/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



o acionista sempre que todos os acionistas da Companhia comparecerem ou se declararem, por escrito, às reuniões do local, data, hora ordem do dia da respectiva Assembleia Geral. **Parágrafo 3º.** As Assembleias Gerais serão instaladas em primeira convocação com a presença de acionistas representando a maioria do capital social da Companhia. **Parágrafo 3º.** Será considerado presente às assembleias de acionistas, o acionista que (i) nomear um procurador para representá-lo em tal reunião, desde que a respectiva procuração seja entregue ao presidente da reunião com cinco (5) dias úteis de antecedência da data prevista para a reunião de Acionistas; (ii) participar das assembleias por meio de vídeo conferência ou conferência telefônica, desde que todos os participantes possam ser claramente identificados, caso em que a assembleia será considerada realizada no local em que o presidente da reunião participou ou que o referido acionista confirma o seu voto através de uma declaração escrita enviada por carta, fax ou correio eletrônico imediatamente após o final da reunião. **Parágrafo 4º.** Os acionistas terão os poderes para decidir sobre todas e quaisquer matérias cuja competência para deliberação seja da assembleia geral de acionistas, conforme determinado pela Lei das Sociedades por Ações e por este estatuto social. **Parágrafo 5º.** A Companhia não aprovará as seguintes matérias sem a aprovação de pelo menos 70% (setenta por cento) das Ações Votantes: (i) Qualquer alteração aos seus documentos constitutivos; (ii) Aprovar qualquer resolução para a sua própria dissolução; (iii) Requerer a liquidação, dissolução, reestruturação, reorganização ou cessão aos (ou composição com) seus credores ou nomeação de um liquidante ou administrador ou qualquer transação semelhante; (iv) Reorganizar ou alterar a natureza e o escopo dos negócios da Companhia ou de suas Subsidiárias; (v) Alienar a totalidade ou qualquer parte substancial do seu empreendimento, ativos; e (vi). **Capítulo IV – Administração. Artigo 7º.** A Companhia será administrada por uma Diretoria, que atuará de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e em conformidade com os termos e condições contidos neste Estatuto Social. **Parágrafo 1º.** A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) Diretores. **Parágrafo 1º.** Os diretores são investidos no seu respectivo cargo mediante assinatura de termo de posse lavrado no livro de atas das reuniões da diretoria. **Parágrafo 2º.** Os diretores serão eleitos para um mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo 3º.** O prazo de gestão da Diretoria se estenderá até a investidura dos novos administradores eleitos. O substituto eleito que preencher cargo vago deve completar o prazo de gestão do substituído. **Parágrafo 4º.** A Diretoria exercerá seus poderes de acordo com a lei, este Estatuto Social e as deliberações da assembleia geral e será responsável pela realização dos seguintes atos: (i) gerenciamento e administração da Companhia e supervisão diária dos negócios e assuntos da Companhia; (ii) implementação do plano de negócios e do orçamento anual da Companhia; (iii) aprovação de todas as medidas necessárias e realização de atos comuns de natureza gerencial, financeira e econômica de acordo com as deliberações aprovadas pelas assembleias gerais de acionistas; e (iv) preparação das demonstrações financeiras da Companhia e responsabilização pela escrituração dos livros e registros contábeis, tributários e societários da Companhia. **Artigo 9º.** Quaisquer atos de representação da Companhia serão obrigatoriamente assinados (i) por 2 (dois) diretores em conjunto, ou (ii) por 1 (um) diretor, em conjunto com 1 (um) procurador devidamente constituído e com poderes específicos. **Parágrafo Primeiro:** As procurações outorgadas pela Companhia serão assinadas por 2 (dois) diretores, e conterão no mínimo os seguintes termos e condições: (a) os poderes outorgados; (b) prazo de duração de, no máximo 1 (um) ano; e (c) vedação ao subestabelecimento, ressalvas as procurações para representação da Companhia em processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que poderão ser outorgadas sem as restrições contidas nos itens (a), (b) e (c) deste **Parágrafo.** **Capítulo V – Conselho Fiscal. Artigo 10º.** O conselho fiscal terá as atribuições e poderes estabelecidos em lei, funcionará em caráter não permanente, e somente será instalado a pedido dos acionistas, conforme disposto no Artigo 161 da Lei das Sociedades por Ações, e deverá ser composto por 3 (três) membros. A assembleia geral que eleger o conselho fiscal será responsável por fixar a respectiva remuneração. **Capítulo VI – Exercício Social, Balanços, Lucros e Dividendos. Artigo 11.** O exercício social da Companhia iniciará-se em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 12.** As demonstrações financeiras da Companhia serão preparadas de acordo com os princípios contábeis de aceitação geral no Brasil e submetidas, no mínimo, uma vez por ano, a um auditor independente, devidamente registrado na Comissão de Valores Mobiliários, e ser contratado pela Companhia. **Artigo 13.** Os lucros apurados em cada exercício terão o destino que a Assembleia Geral lhes der, conforme recomendação da diretoria, depois de ouvido o Conselho Fiscal, quando em funcionamento, e depois de feitas as deduções determinadas em Lei. **Artigo 14.** Mediante decisão de acionistas representando a maioria do capital social, a Companhia poderá preparar balanços intercalares a qualquer momento, a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos menores. **Artigo 15.** A Companhia distribuirá, quando dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável. **Capítulo VII – Disposições Gerais. Artigo 16.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos na legislação aplicável, neste estatuto social, cabendo à assembleia geral eleger o liquidante e o conselho fiscal, que deverão funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais. **Artigo 17.** Qualquer litígio entre os acionistas ou deles contra a Companhia, baseada neste Estatuto Social, será proposta no foro da Comarca de São Paulo-SP. **Artigo 18.** Nos casos omissos, aplicará-se as disposições legais vigentes. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado o registro sob o nº 263.953/24-5 em 11/07/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Data, Hora e Local: Realizada no dia 21 de novembro de 2024, às 15:00 horas, de forma exclusivamente virtual, por meio da plataforma Google Meets, conforme autorizado pelo Artigo 25, parágrafo 4º, do Estatuto Social da Estok Comércio e Representações S.A. (“**Companhia**”).

2. Convocação e Presença: Dispensadas as formalidades de convocação tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, a saber: Sr. Marcelo Rodrigues Marques, Mário Carlos Fernandes Filho e Álvaro Taitir Jr. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Marcelo Rodrigues Marques; Secretário: Sr. Thiago José da Silva. **4. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre: (i) a destituição e/ou consignação das renúncias dos Diretores da Companhia; (ii) a eleição dos Srs. Victor Pereira Noda e Marcelo Rodrigues Marques para os cargos de Diretores da Companhia; e (iii) a antecipação dos períodos de vesting e abertura de prazo de exercício das opções autorizadas sob o Plano de Aquisição de Opções de Compra de Ações da Companhia, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 20 de dezembro de 2018, conforme aditado em Assembleia Geral Extraordinária de 1º de setembro de 2020 (“**Plano de SOP**”).

5. Deliberações: Na sequência, após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os conselheiros presentes deliberaram o quanto segue: (i) aprovar, por unanimidade dos votos dos conselheiros, a destituição dos Srs. Guilherme Guimarães Santa Clara e André Luis Reis Dima Domingos dos cargos de Diretores da Companhia, ficando registrado que (a) a destituição do Sr. André Luis Reis Dima Domingos produzirá efeitos a partir de 25 de novembro de 2024, inclusive; e (b) a destituição do Sr. Guilherme Guimarães Santa Clara produz efeitos de forma imediata. (ii) aprovar, por unanimidade dos votos dos conselheiros, a eleição dos seguintes membros aos cargos da Diretoria da Companhia, com mandato unificado de 1 (um) ano, contado da presente data: (a) Sr. **Victor Pereira Noda**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 27.938.739 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 295.089.868-83, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 5.545, atualmente nº 16.737, Mezanino, Sala 2, Várzea de Baixo, CEP 04730-090; e (b) Sr. **Marcelo Rodrigues Marques**, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 30.958.150-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 213.235.068-02, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 5.545, atualmente nº 16.737, Mezanino, Sala 2, Várzea de Baixo, CEP 04730-090. Os membros da Diretoria ora eleitos tomarão posse, nesta data, mediante a assinatura do respectivo termo de posse, conforme **Anexo I** à presente ata, o qual será lavrado na forma da lei, em livro próprio, o qual conterá, para os fins do disposto no artigo 37, inciso II, da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, e no artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações, as declarações aplicáveis. (iii) aprovar, por unanimidade dos votos dos conselheiros, com fundamento na Cláusula 6.1.2 do Plano de SOP e da Cláusula 4.1.2(i) do Primeiro Programa de Opções de Compra de Ação aprovado por este Conselho de Administração em 20 de dezembro de 2018 ao amparo do Plano de SOP, que atribuem a este Conselho de Administração a prerrogativa de antecipar os prazos de vesting e de exercício das opções autorizadas sob o Plano SOP em situações especiais, incluindo em caso alienação do controle acionário da Companhia, o que ocorreu 8 de novembro de 2024, a imediata antecipação dos períodos de vesting (carência) de todas opções autorizadas sob o Plano de SOP, com a abertura de período de exercício para as opções vestidas, ao preço de exercício estabelecido nos respectivos contratos de outorga, pelo prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da comunicação a ser enviada pela Diretoria da Companhia aos beneficiários, ficando a Diretoria autorizada a praticar de todos os atos necessários para a implementação da presente matéria. **6. Encerramento e Assinaturas:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente concedeu a palavra à disposição de quem dela quisesse fazer uso. Não havendo nenhuma manifestação, foram suspensos os trabalhos da Reunião para lavratura da presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos. Reabertos os trabalhos, a presente ata foi lida, aprovada e assinada pelos presentes: **Mesa:** Sr. Marcelo Rodrigues Marques – Presidente; e Sr. Thiago José da Silva – Secretário. **Conselheiros presentes:** Sr. Marcelo Rodrigues Marques; Sr. Mário Carlos Fernandes Filho; e Sr. Álvaro Taitir Jr. Conferir com a original lavrada em livro próprio. São Paulo, 21 de novembro de 2024. **Marcelo Rodrigues Marques**, Presidente; **Thiago José da Silva**, Secretário. JUCESP nº 440.039/24-1 em 05/12/2024. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral em Exercício.

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**



Hidroviás do Brasil Administração

Portuária Santos S.A.

CNPJ/ME nº 34.189.633/0001-01 – NIRE 35.300.538.391

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de novembro de 2024

1. Data, Horário e Local: Aos 08 (oito) dias do mês de novembro de 2024, às 08:00 horas, na sede da **Hidroviás do Brasil Administração Portuária Santos S.A.**, localizada na Cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Av. Eduardo Pereira Guinle, S/N, Armazéns XII e XVII e Armazém de Sal (I-8), Bairro Docas, CEP 11.013-250 ("Companhia").

2. Convocação e Presença: Nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), foram dispensadas as formalidades de convocação tendo em vista a presença da única acionista da Companhia representando a totalidade de seu capital social, ficando regularmente instalada a presente Assembleia Geral Extraordinária.

3. Mesa: **Presidente:** Ricardo Luiz Cerqueira; e **Secretário:** Guilherme Touriño Brandi.

4. Ordem do Dia: Deliberar sobre: (i) a renúncia da Sra. **Gleize Franceschini Gealh** ao respectivo cargo de Diretora da Companhia; e (ii) a eleição de novo membro da Diretoria da Companhia.

5. Deliberações: A única acionista da Companhia, após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, deliberou por, sem quaisquer reservas, ressalvas ou restrições: (i) **Consignar** o recebimento da renúncia da Sra. **Gleize Franceschini Gealh**, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG nº 951618-SSP/MS, inscrita no CPF/ME sob o nº 888.547.101-30, com escritório na Rua Fradique Coutinho, nº 30, 7º andar, Pinheiros, CEP 05416-000, ao seu respectivo cargo de Diretora da Companhia, nos termos da carta de renúncia constante do **Anexo I** ao presente instrumento; e (ii) **Aprovar** a eleição do Sr. **Andre Saleme Hachem**, brasileiro, casado, administrador, portador de Cédula de Identidade nº 29.375.176 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob nº 409.714.208-90, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Fradique Coutinho, nº 30, 7º andar, Pinheiros, nos termos do Termo de Posse constante do **Anexo II** ao presente instrumento. Após o cumprimento das formalidades legais, o Diretor ora eleito declara ter conhecimento e atender às disposições do artigo 147 da Lei das S.A. e que foi investido imediatamente em seu cargo mediante a assinatura do respectivo termo de posse e declaração de desimpedimento devidamente arquivados na sede da Companhia. Com base nas aprovações ora deliberadas, a Diretoria da Companhia passa a ser composta da seguinte forma: Srs. **Ricardo Luiz Cerqueira** – Diretor; e **Andre Saleme Hachem** – Diretor; todos com mandato unificado até a data de 12 de maio de 2025, podendo ser reeleitos. Fica a Diretoria da Companhia autorizada a praticar todos os atos necessários para a implementação das deliberações ora aprovadas.

6. Encerramento e Lavratura da Ata: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata na forma de sumário, conforme o disposto no artigo 130, parágrafo 1º da Lei das S.A., a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada.

Presidente: Ricardo Luiz Cerqueira; **Secretário:** Guilherme Touriño Brandi. **Acionista:** Hidroviás do Brasil-Holding Norte S.A., p. Fabio Abreu Schettino e Andre Saleme Hachem, Santos, 08 de novembro de 2024. **Mesa:** **Ricardo Luiz Cerqueira** – Presidente; **Guilherme Touriño Brandi** – Secretário. **Acionista:** **Hidroviás do Brasil – Holding Norte S.A. Fabio Abreu Schettino** – Diretor; **Andre Saleme Hachem** – Diretor. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 433.521/24-7 em 05/12/2024. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral em Exercício.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

CNPJ/MF nº 09.074.183/0001-64 – NIRE 35.300.346.238 (Companhia Aberta)

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de novembro de 2024

Data, Local e Hora: Aos 13/11/2024, às 10:30 min, na sede social da Companhia, na Rua Voluntário Vitoriano Borges, nº 451 – Centro, Lins-SP, Caixa Postal 844.

Convocação e Presença: Dispensada a convocação, em virtude da presença da totalidade dos Conselheiros. **Mesa:** Sr. Carlo Alberto Bottarelli, Presidente; Sra. Gabriela Cristina Yachel Slaghenaufi, Secretária.

Deliberações: Os Conselheiros deliberaram, por unanimidade, aprovar o encaminhamento para deliberação dos acionistas a proposta de: **1.** Termo Aditivo ao Contrato de Concessão (Edital nº 005/2007), a ser firmado com o Poder Concedente através da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, para a inclusão de Obras de Duplicação na BR-153/SP do km 000+000 ao km o 051+700 (Lote 1) e do km 162+000 ao km 195+000 (Lote 3).

Encerramento: Nada mais a ser tratado, foi lavrada esta ata que foi assinada pelos presentes. Lins, 13/11/2024. **Carlo Alberto Bottarelli** – Presidente; **Luiz Fernando Wolff de Carvalho; João Villar Garcia; Roberto Solheid da Costa de Carvalho; Marcos Paulo Fernandes Pereira** – Conselheiros; **Gabriela Cristina Yachel Slaghenaufi** – Secretária. JUCESP – Registrado sob nº 431.800/24-8 em 03/12/2024. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral em Exercício.

Hidroviás do Brasil – Holding Norte S.A.

CNPJ/ME nº 20.280.037/0001-28 – NIRE 35.300.482.271

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de novembro de 2024.

Data, Horário e Local: Aos 08 (oito) dias do mês de novembro de 2024, às 10:00 horas, na sede social da Hidroviás do Brasil – Holding Norte S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Fradique Coutinho, nº 30, 7º andar, conjunto 73, Pinheiros, CEP 05416-000.

Convocação e Presença: Nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), foram dispensadas as formalidades de convocação tendo em vista a presença da única acionista da Companhia representando a totalidade de seu capital social, conforme registros e assinaturas no livro de presença de acionistas, ficando regularmente instalada a presente Assembleia Geral Extraordinária.

MESA: **Presidente:** Fabio Abreu Schettino; **Secretário:** Guilherme Touriño Brandi.

Ordem do Dia: Deliberar sobre: (i) a renúncia da Sra. **Gleize Franceschini Gealh** ao respectivo cargo de Diretora da Companhia; e (ii) a eleição de novo membro da Diretoria da Companhia.

Deliberações tomadas por Unanimidade: A única acionista da Companhia, após análise e discussão da matéria proposta, decidiu, sem quaisquer restrições ou ressalvas: (i) **Consignar** o recebimento da renúncia da Sra. **Gleize Franceschini Gealh**, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade RG nº 951618-SSP/MS, inscrita no CPF/ME sob o nº 888.547.101-30, com escritório na Rua Fradique Coutinho, nº 30, 7º andar, Pinheiros, CEP 05416-000, ao seu respectivo cargo de Diretora da Companhia, nos termos da carta de renúncia constante do **Anexo I** ao presente instrumento; e (ii) **Aprovar** a eleição do Sr. **Ricardo Luiz Cerqueira**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da Cédula de Identidade RG no 11.559.442-5 SSP-SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 088.650.418-03, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Fradique Coutinho, nº 30, 7º andar, Pinheiros, nos termos do Termo de Posse constante do **Anexo II** ao presente instrumento. Após o cumprimento das formalidades legais, o Diretor ora eleito declara ter conhecimento e atender às disposições do artigo 147 da Lei das S.A. e que foi investido imediatamente em seu cargo mediante a assinatura do respectivo termo de posse e declaração de desimpedimento devidamente arquivados na sede da Companhia. Com base nas aprovações ora deliberadas, a Diretoria da Companhia passa a ser composta da seguinte forma: Srs. **Fabio Abreu Schettino** – Diretor; **Andre Saleme Hachem** – Diretor; e **Ricardo Luiz Cerqueira** – Diretor; todos com mandato unificado até a data de 12 de maio de 2025, podendo ser reeleitos. Fica a Diretoria da Companhia autorizada a praticar todos os atos necessários para a implementação das deliberações ora aprovadas.

Encerramento e Lavratura da Ata: Nada mais havendo a ser tratado, a Sra. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata na forma de sumário, conforme o disposto no artigo 130, parágrafo 1º da Lei das S.A., a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. São Paulo, 08 de novembro de 2024. **Mesa:** **Fabio Abreu Schettino** – Presidente; **Guilherme Touriño Brandi** – Secretário. **Acionista:** **Hidroviás do Brasil S.A. Fabio Abreu Schettino** – Diretor; **Andre Saleme Hachem** – Diretor. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 433.523/24-4 em 05/12/2024. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral em Exercício.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

CNPJ/FM nº 09.074.183/0001-64 – NIRE 35.300.346.238

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de novembro de 2024

Data, Hora e Local: Às 16h30min do dia 13/11/2024, na sede social da Companhia, na Rua Voluntário Vitoriano Borges, nº 451, Centro, Lins-SP, Caixa Postal 844.

Convocação e Presença: Dispensada a convocação em virtude da presença da única Acionista. **Mesa:** Sr. Carlo Alberto Bottarelli ("Presidente"), Gabriela Cristina Yachel Slaghenaufi ("Secretária").

Deliberações: **1.** Por unanimidade dos votos e sem ressalvas a Acionista deliberou por: **1.1.** Aprovar a minuta de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão (Edital nº 005/2007), a ser firmado com o Poder Concedente através da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, para a inclusão de Obras de Duplicação na BR-153/SP do km 000+000 ao km o 051+700 (Lote 1) e do km 162+000 ao km 195+000 (Lote 3), e **1.2.** autorizar que a Diretoria Executiva da Companhia pratique todos os atos necessários à implementação/ formalização da deliberação acima.

Encerramento: Nada mais a tratar, foi lavrada esta ata, sendo assinada pelos presentes. Lins, 13/11/2024. **Carlo Alberto Bottarelli** – Presidente; **Gabriela Cristina Slaghenaufi** – Secretária.

BRVias Holding TBR S.A. Acionista p. Dorival Pagani Júnior p. André Galhardo de Camargo. JUCESP – Registrado sob nº 431.801/24-1 em 03/12/2024. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral em Exercício.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 10/12/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link:

www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

